



Mantida Pela Instituição Toledo de Ensino
Reconhecida pelo Governo Federal - Decreto N.º 40.230 DOU: 31/10/56
Reconhecimento Renovado – Portaria/MEC N.º. 226 de 18/03/2008- DOU: 19/03/2008 Bauru -
Estado de São Paulo

COLETÂNEA DE RESUMOS DE ARTIGOS 2018

RESPONSÁVEIS:

Núcleo de Iniciação Científica - *NIC*

Núcleo de Integração e Pesquisa - *NIPE*

Supervisoras: Prof^a. Ma. Audrey do nascimento Sabbatini Martins - *NIC*

Prof^a. Dra. Lilia Christina de Oliveira – *NIPE*

ÍNDICE

- PODE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL INTERPRETAR DE FORMA DISCRICIONÁRIA CLÁUSULA PÉTREA CONSTITUCIONAL, DANDO-LHE SIGNIFICADO DIVERSO AO EXPRESSO NO TEXTO NORMATIVO?
- A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA
- PRISÃO. UMA ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO
- OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTOS DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS
- OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E SUA RECEPÇÃO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/04
- USUCAPIÃO POR ABANDONO DE LAR
- ASPECTOS JURÍDICOS SOBRE A DISSEMINAÇÃO DE CONTEÚDO ÍNTIMO
- A ALIENAÇÃO PARENTAL NOS CASOS DE SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE MENORES
- ASSÉDIO MORAL E SEXUAL CONTRA A MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO
- EMBRIAGUEZ AO VOLANTE
- DA ANULAÇÃO DO REGISTRO EM CASO DE ADOÇÃO À BRASILEIRA DIANTE DO CRITÉRIO DE SOCIOAFETIVIDADE
- OS DIREITOS HUMANOS COMO LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL AO PODER DE TRIBUTAR
- NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
- ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ESTUDO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS APLICADOS A UMA EMPRESA DA BM&FBOVESPA
- COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL
- ESTUDO DE CASO NA REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DA GESTÃO DE ESTOQUE EM UM ALMOXARIFADO DO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL
- A DESCONSTRUÇÃO NIETZSCHIANA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO
- ANÁLISE DO GOVERNO DILMA COM AS PERSPECTIVAS DAS TEORIAS KEYNESIANAS
- UMA ANÁLISE DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO À LUZ DA EVOLUÇÃO CONCEITUAL DE ESTADO E DOS FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS
- A EVOLUÇÃO DA ADOÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA PERSPECTIVA JURÍDICA E SOCIAL
- DOS MEIOS DE DEFESA DO RÉU QUANDO DA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE
- O INSTITUTO DO COMPLIANCE À LUZ DA LEI ANTICORRUPÇÃO
- UM ENSAIO JURÍDICO SOBRE O AVANÇO DA ROBÓTICA: A CIDADÃ SOPHIA

- A INEFICIÊNCIA DO ATUAL PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS NO BRASIL
- DA PENHORABILIDADE DA CRIPTOMOEDAS
- LICITAÇÕES FRAUDULENTAS ENVOLVENDO A CORRUPÇÃO
- SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO
- RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES
- POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE OFÍCIO DAS TUTELAS DE URGÊNCIA
- TRABALHO INFANTIL ARTÍSTICO E SESU LIMITES LEGAIS
- AS CHACINAS NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS COMO HIPÓTESES DE INTERVENÇÕES FEDERAIS E REFLEXOS DE UM SISTEMA PENITENCIÁRIO FALIDO
- INTERVENÇÃO FEDERAL
- O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA TENTAR SOLUCIONAR A CRISE DO JUDICIÁRIO
- RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL
- A CONCORRÊNCIA DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE E DO COMPANHEIRO A LUZ DO RE 878.694/2017
- SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL
- ENTENDENDO DE FORMA CLARA O BITCOIN
- FORMAÇÃO DE PREÇO ATRAVÉS DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
- A VIOLAÇÃO DO MÉRITO ADMINISTRATIVO: ATENTADO CONTRA A SEPARAÇÃO DE PODERES E SEMENTE DE INSEGURNÇA JURÍDICA
- ASPECTOS LEGAIS DAS SOCIEDADES OFFSHORE
- DIREITO PENAL DO INIMIGO NA LEI ANTITERRORISMO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELA ORDEM SOCIAL
- OS ÍNDIOS EM FACE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
- ALVARÁS DENTRO DO PODER DE POLÍCIA NO DIREITO ADMINISTRATIVO
- PRINCIPAIS ASPECTOS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO PODER FAMILIAR, SOB A ÓTICA DA LEI MENINO BERNARDO
- HOLDING: DEFINIÇÕES E ASPECTOS SOCIETÁRIOS
- ESTUDO DE CASO: INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO PENAL
- SUPREMACIA CONSTITUCIONAL, O NEOCONSTITUCIONALISMO APLICADO À GARANTIA DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
- REGIME PREVIDENCIÁRIO DE PENSÃO POR MORTE DO MILITAR E DO POLICIAL MILITAR
- A COMPLEXIDADE DO CREDITAMENTO TRIBUTÁRIO NA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PIS/COFINS
- CRIME DE ABORTO EXTRATERRITORIAL COM O CONSENTIMENTO DA GESTANTE
- GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A LEI FEDERAL E A LEI MUNICIPAL DE BAURU
- CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ASSISTÊNCIA SIMPLES À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

- DESAFIOS DA INOVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS COMPANHIAS AÉREAS BRASILEIRAS
- ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO DE NANOPARTÍCULAS METÁLICAS NO BRASIL
- ÉTICA, E CULTURA: A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL DIANTE DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS
- ABORTO EUGÊNICO
- AS LEIS EM DESUSO NO BRASIL
- A EIRELI COMO ALTERNATIVA À FRAUDE NA FUNDAÇÃO DE EMPRESAS: AVANÇOS E FRUSTRAÇÕES
- A ATA NOTARIAL E SUA APLICAÇÃO PARA O USO DE CAPTURAS DE TELA DO WHATSAPP UTILIZADAS COMO PROVAS NO PROCESSO CIVIL
- A POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA COMO CAUSADORA DE DANOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E A APLICAÇÃO DA LEI 9.605/98
- MENOR INFRATOR: REINserÇÃO NA SOCIEDADE E SUA EFICÁCIA
- VIOLÊNCIA SEXUAL NOS TRANSPORTES PÚBLICOS
- A LEI 13.467/17 E O IMPACTO DA PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO
- A RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DO TRANSEXUAL
- NEOCONSTITUCIONALISMO – A VIGENTE ERA DO DIREITO CONTEMPORÂNEO
- RESPONSABILIDADE CIVIL DO DIRIGENTE ESPORTIVO
- O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
- INIMPUTABILIDADE DO MENTALMENTE ENFERMO E A APLICAÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA
- CRM E CRM SOCIAL
- O DIREITO SUCESSÓRIO E A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA POST MORTEM
- CONSTRUÇÃO DE UM VANT UTILIZANDO PEÇAS REUTILIZÁVEIS
- AS ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: PROTECIONISMO E LIBERALISMO
- ANÁLISE DA EFICÁCIA DA METODOLOGIA APLICADA PARA A RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO A PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE NO MUNICÍPIO DE ALFENAS/MG: A RESSOCIALIZAÇÃO VEM DO INDIVÍDUO OU DA INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO PENAL?
- A INEFICÁCIA DA MEDIDA DE SEGURANÇA DIANTE DOS TRANSTORNOS MENTAIS
- CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS NO PROCESSO FALIMENTAR
- CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IM)POSSIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE APÓS O PROCESSO DE ADOÇÃO
- MARKETING DIGITAL E UMA BREVE VISÃO SOBRE O MERCADO DA MODA

- DAS MÃOS CALEJADAS AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: UM PARALELO ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL
- IMPACTO NA TRIBUTAÇÃO DE UMA EMPRESA DO COMERCIO APÓS ALTERAÇÕES NO SIMPLES NACIONAL EM 2018
- A LIMITAÇÃO DOS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ PELAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS
- O USO DA TECNOLOGIA LEVE NO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE SAÚDE COMO MEIO DE PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL E LABORAL
- FEDERALISMO FISCAL E OS DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS
- PRINCÍPIO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ÂMBITO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
- O SANGUE
- AS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS PARA A INDÚSTRIA 4.0
- DANO MORAL E O MERCADO DA FÉ
- FATORES QUE INTERFEREM NO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR
- O ATIVISMO JUDICIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ANALISADO À LUZ DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES: É POSSÍVEL MUDAR UM PAÍS POR MEIO DE TOGAS?
- A DESNECESSIDADE DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM LICITAÇÕES ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
- A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO EXERCÍCIO DO DIREITO AMBIENTAL COM A PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO AO ANIMAL
- APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NA CIDADE DE BAURU
- AÇÃO RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO EMPRESARIAL E A (IM)POSSIBILIDADE DE VIOLAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE
- A TEORIA DA FINALIDADE DO ESTADO E OS OBJETIVOS CONSTITUCIONAIS COMO TELEOLOGIA DO PROJETO DE ESTADO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
- ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E O DEVER DE PROIBIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO
- FAMÍLIA, ESCOLA E O TERCEIRO SETOR
- O DIREITO AO MEIO AMBIENTE E DO MEIO AMBIENTE EM CONTRAPOSIÇÃO AOS INTERESSES INDIVIDUAIS E CORPORATIVOS
- ANÁLISES E PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE CADERNOS
- A APLICAÇÃO DA TEORIA DO TERCEIRO CÚMPLICE NO DIREITO BRASILEIRO
- A EXPECTATIVA DE VIDA DAS PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NO BRASIL
- CONTRATO INTERMITENTE: INOVAÇÕES TRAZIDAS COM A REFORMA TRABALHISTA - LEI Nº 13.467/2017
- COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
- AVIAÇÃO CIVIL: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE OS RISCOS E SEU GERENCIAMENTO
- OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E A CONSTITUCIONALIDADE DA REGULAÇÃO DA MÍDIA

A ADEQUAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM EM NÍVEL SUPERIOR COM O AUXÍLIO DE METODOLOGIAS ATIVAS

Bruna Rossini Lara; Lucas Henrique de Oliveira¹

Mônica Rossini Lara²

Prof^a Ma. Salete Aparecida Rossini Lara³

Resumo: No campo acadêmico é observado a utilização de dois tipos de metodologias, a mais comum consiste na educação formal e em seguida vemos a educação alternativa (BORDENAVE E PEREIRA, 2002). A educação formal se baseia no foco exclusivo do conteúdo estabelecido para a matéria, ocorre a reprodução do que deve ser transmitido pelo docente, enquanto o papel do aluno consiste em absorver o conteúdo e transpassa-lo adequadamente durante os testes e avaliações, entretanto é sabido que o dia-a-dia acadêmico envolve diferentes realidades nas quais o professor tem que se adaptar para facilitar o aprendizado do discentes, fugindo do pré conceito existente nesta metodologia e adaptando suas aulas dentro do que lhe é cabível naquele momento (BORDENAVE E PEREIRA, 2002). Na outra face temos a educação alternativa e suas vertentes, esta metodologia incentiva o docente a instigar os alunos a temas que podem ser discutidos, englobando somente a sua matéria ou a interdisciplinaridade entre os conteúdos do curso, realizando assim uma sincronia para que professores e alunos cheguem em conjunto a uma resolução do conteúdo, oferecendo uma maior compreensão acerca do tema e não somente uma memorização temporária. (BORDENAVE E PEREIRA, 2002).

Palavras-chave: Metodologia Ativa, Ensino Superior, Educação Alternativa.

¹ Bruna Rossini Lara; Lucas Henrique de Oliveira, alunos do Curso de Biomedicina na FIB, ² Mônica Rossini Lara Assistente Social / ³ Prof^a. Ma. Salete Aparecida Rossini Lara do Curso de Ciências Econômicas, orientadora

A ANÁLISE GERAL DO DECRETO - LEI N.º 3.688/1941 E SUA EFICÁCIA SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO NORMATIVO-JURÍDICO

Deborah Sant' Anna Lima Bosquê¹

Prof. José Fernando Amaral Júnior²

Resumo: Este artigo analisou os aspectos gerais das contravenções penais através do antigo Decreto-Lei n.º 3688/41 que versa sobre o assunto e apresenta as espécies contravencionais com a sanção penal correspondente, considerando os respectivos bens jurídicos tutelados pelo legislador pátrio. Os tipos contravencionais foram singularmente avaliados, baseando-se nos entendimentos doutrinários acerca do tema. Por fim, em contexto geral, vislumbrou-se que vários artigos desta lei foram revogados por outras mais recentes e específicas ou, ainda, caíram em desuso no contexto normativo-jurídico em virtude das mudanças e evoluções sociais, oportunidade em que, ao decorrer dos tempos, algumas espécies contravencionais perderam sua eficácia social.

Palavras-chave: Análise. Contravenção Penal. Contexto Normativo-Jurídico.

¹ Deborah Sant' Anna Lima Bosquê, aluna do 4º ano do Curso de Direito / ² Prof. José Fernando Amaral Júnior do Curso de Direito, orientador.

A ATIVIDADE DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES COM O ADVENTO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

*Rafael Marques Oliveira¹
Ana Carolina Mizeret²
Emmanuel Gustavo Haddad³*

Resumo: O presente artigo pretende realizar algumas considerações sobre a desjudicialização de alguns procedimentos, em especial os previstos no Código de Processo Civil de 2015. O tema busca enfrentar a celeridade e efetividade, sem contar no reconhecimento do trabalho realizado pelos tabeliães e registradores, pessoas detentoras de fé pública. Com isso buscou-se através de estudo de obras, artigos que abordavam os principais reflexos na sociedade e sua efetivação. Em último momento contatou-se que os procedimentos administrativos vêm cada vez mais sendo aceitos pela sociedade, pois por meio de profissionais capacitados e comprometidos vê-se a satisfação da vontade e a satisfação do direito.

Palavras-chave: Desjudicialização. Notários e Registradores. Responsabilidades.

¹ Rafael Marques Oliveira, aluno do Curso de Direito – Faculdades Integradas de Ourinhos / ² Ana Carolina Mizeret, aluna do Curso de Direito – Faculdades Integradas de Ourinhos / Emmanuel Gustavo Haddad, orientador

A COMUNICAÇÃO TECNOLÓGICA E A CONVIVÊNCIA FAMILIAR COM ADOLESCENTES: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

*Nathalia Aparecida da Silva¹
Prof^a. Ma. Gerceley Paccola Minetto²*

Resumo: Nesse artigo procura-se evidenciar as interferências causadas pela comunicação tecnológica entre pais e adolescentes, bem como o papel do Serviço Social nessa relação. Através de uma pesquisa de abordagem qualitativa, num universo de doze adolescentes participantes do Programa Ação Jovem e, onze mães, responsáveis pelos mesmos, desenvolvida junto ao CRAS II Betinha, de Santa Cruz do Rio Pardo, estado de São Paulo, realizada no período de fevereiro a novembro de dois mil e dezesseis, tendo como amostragem 66% desse universo. Os jovens reconhecem o uso excessivo do celular e esquecem de tudo quando navegam, apesar das mães forçarem o contato pessoal e intimista. Quanto as facilidades apontam para o imediatismo e ao controle, em detrimento à dificuldade dos jovens, em deixar o celular para o cumprimento de tarefas, e o distanciamento sentido pelas mães. Quanto ao Serviço Social é reconhecido, mas não identificado. Portanto, a tecnologia é uma nova forma da família se relacionar, porém, facilita a fragilização de vínculos, bem como sua ruptura, e o Assistente Social encontra nesse contexto uma demanda emergente para a qual deverá buscar mecanismos de enfrentamentos criativos, competentes e eficazes.

Palavras-chave: Relacionamento familiar. Tecnologia. Serviço Social.

¹ Nathalia Aparecida da Silva, aluna do Curso de Serviço Social / ² Prof^a Ma. Gerceley Paccola Minetto do Curso de Serviço Social, orientadora

A CONCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES ACERCA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – ESPAÇO AMIGO II – DO MUNICÍPIO DE BARIRI/SP

Aline Mayara Santos¹
Prof^a Dra. Fernanda dos Santos Varandas²

Resumo: O presente artigo apresenta como tema “a concepção dos adolescentes acerca do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Espaço Amigo II – do Município de Bariri”. O objetivo geral é analisar as ações desenvolvidas pelo serviço com vistas a identificar os impactos no que tange a convivência familiar e comunitária e prevenção de situações de risco social e violação de direitos. O estudo foi realizado com vinte adolescentes participantes do Espaço Amigo II, através de pesquisa de natureza qualitativa. Os principais resultados apontam que é de grande importância as ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na efetivação de direitos.

Palavras-chave: Assistência Social. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Adolescentes.

¹ Aline Mayara Santos, aluna do 3º ano do Curso de Serviço Social / ² Prof^a. Dra. Fernanda dos Santos Varandas do Curso de Serviço Social, orientadora

A CRIMINALIZAÇÃO DA PRÁTICA DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Jamile da Silva Ribeiro¹
Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira²

Resumo: Este trabalho apresenta uma visão acerca da tutela oferecida pelo judiciário contra a prática de Alienação Parental, nosso ordenamento jurídico dispõe da matéria na Lei 12.318/10. O divórcio ou rompimento conjugal tem sido grande propulsor aos casos de alienação parental, visto que, a participação efetiva na vida dos filhos tem interessado pais e mães, alterando o cenário judicial nos processos de guarda. Anteriormente era costumeira a fixação da guarda unilateral em favor da mãe, restando ao progenitor o direito às visitas e dever de pensão, nos dias atuais temos a busca pela fixação da guarda compartilhada, além de ser a mais adequada para criança, que terá residência fixa em um dos endereços do pai ou da mãe, fixando as visitas de forma livre ou judicial. Deparamo-nos com um novo óbice, exercer o direito de visitas, o que pode se tornar impossível em alguns casos, na maioria desses, encontramos indícios de Alienação Parental. As consequências àquele que pratica a alienação, previstas na lei em estudo, podem ser consideradas insuficientes, não atingindo amplamente sua esfera de direitos. Neste sentido, embora a lei sirva de amparo ao judiciário é questionável seu poder coercitivo em inibir a repetição da alienação, deste modo, esta pesquisa anui o PL 4488/16 que criminaliza a prática de alienação parental em homenagem ao princípio da proteção integral da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Alienação Parental. Princípio da Proteção Integral. Lei 12.318/10 Punibilidade Ineficaz.

¹ Jamile da Silva Ribeiro, aluna do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira do Curso de Direito, orientador

A EFICÁCIA DAS SANÇÕES PENAIS APLICÁVEIS AOS CRIMES DE MAUS TRATOS CONTRA OS ANIMAIS

Thaysa Tramonte Leme¹
Prof. José Fernando Amaral Junior²

Resumo: O presente trabalho tem por escopo discorrer sobre as sanções penais aplicáveis aos crimes de maus tratos contra os animais, fazendo um delineamento acerca dos dispositivos do Código Penal que tangem aos crimes ambientais e também um estudo a partir da Lei Ambiental 9.605/98, para a conscientização dos crimes cometidos contra os animais e a análise das sanções penais e eficácia da lei ambiental.

Palavras-chave: Responsabilidade Penal. Maus-tratos. Animais. Responsabilidade. Sanções Penais.

¹ Thaysa Tramonte Leme, aluna do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. José Fernando Amaral Junior do Curso de Direito, orientador

A GESTÃO DE PROJETOS NAS STARTUPS E A INFLUÊNCIA DO PERFIL EMPREENDEDOR

Danielly de Oliveira Trintin¹

Rafael Vinicius Curiel²

Profª. Ma. Camila Roberta Muniz Serra³

Resumo: Este trabalho traçou uma abordagem interdisciplinar entre a gestão de projetos, o ambiente *startup* e o empreendedorismo. Analisando a crescente integração mercadológica de empresas de cunho tecnológico, observa-se que o subsídio deste desenvolvimento tem sido impulsionado não só pelo perfil empreendedor, mas também pautado na lógica e sistemática da gestão de projetos. A pesquisa destacou que a incidência da postura de gestor de projetos adotada pelo empreendedor permeia a estrutura organizacional de novos empreendimentos, neste caso, os quais são projetados para atender uma necessidade mercadológica de forma inovadora.

Palavras-chave: Gestão de projetos. Empreendedorismo. Inovação. Startup. Gestão contemporânea. Gestão de processos. Otimização. Alternativas de gestão.

¹ Danielly de Oliveira Trintin, aluna do 3º ano do Curso de Administração / ² Rafael Vinicius Curiel, aluno 3º ano do Curso de Administração / ³ Profª. Ma. Camila Roberta Muniz Serra do Curso de Administração, orientadora

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS USUÁRIOS DO CREAS DO MUNICÍPIO DE BAURU

Criceli Cristina Teixeira Mendonça Castro¹

Adriana Ramos Amaral²

Profª Ma. Eugenia Maria Sellmam Chaves³

Resumo: O presente estudo tem como objetivo evidenciar o importante papel do Serviço Social desenvolvido pela Secretaria do Bem-Estar Social, em sua Rede de Proteção Especial e CREAS I, do Município de Bauru, na busca pelos direitos de seus usuários, de modo que as intervenções devem aproximar-se das realidades dos atendidos e de suas famílias, para que as mesmas possam superar situações que violam e prejudicam seu desenvolvimento pessoal e social. A pesquisa é de nível descritivo e sua tipologia é qualitativa. O trabalho de coleta de dados foi documental, bibliográficas, sites, experiências através do estágio no município, entre outros.

Palavras-chave: Serviço Social, CREAS.

¹ Criceli Cristina Teixeira Mendonça Castro, ² Adriana Ramos Amaral alunas do 4º ano do Curso de Serviço Social / ³ Profª Ma. Eugenia Maria Sellmam Chaves do Curso de Serviço Social, orientadora

A IMPORTÂNCIA DOS ERROS NA FASE ANÁLITICA DO PROCEDIMENTO LABORATORIAL.

Bruna Rossini Lara; Lucas Henrique de Oliveira; Mariana Caserta de Oliveira; Jhonathan Luis Pires¹

Profª. Gislaine Querino²

Resumo: O desenvolvimento e progresso no setor de análises laboratoriais está cada vez maior, impactando diretamente nas informações necessárias para que o médico tenha a possibilidade de diagnosticar corretamente um paciente (WESTGARG, DARCY, 2004). Tendo em vista esse grande crescente na procura de exames fez-se necessário uma busca contínua de melhoria nos procedimentos que envolvem a análise laboratorial, observando-se todos os momentos em que erros estariam sujeitos a ocorrer, bem como aspectos técnicos, administrativos, organizacionais e todos aqueles participantes da rotina, desde o recebimento da amostra até a liberação do laudo (VIEIRA et al., 2011). Visando a facilitação no controle das ações realizadas em um laboratório foi criada uma classificação na qual cada uma se caracteriza por determinado momento, a denominação desta separação é conhecida classicamente como fase pré-analítica, fase analítica e fase pós analítica (PLEBANI, 2009).

Palavras-chave: Fase Analítica; Procedimentos Laboratoriais; Controle Laboratorial.

¹ Brunna Rossini Lara; Lucas Henrique de Oliveira; Mariana Caserta de Oliveira, Jhonathan Luis Pires alunos do Curso de Biomedicina na FIB / ² Profª. Gislaine Querino do Curso de Biomedicina na FIB

A INCAPACIDADE CIVIL A LUZ DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ana Carolina Negrão Gonçalves¹
Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira²

Resumo: O artigo tem por finalidade a discussão relativa à situação da incapacidade após a edição do Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei essa que veio em consonância com um pensamento mundial de inclusão de pessoas que antes eram mantidas a par da sociedade. As mudanças foram significativas, mas é fundamental a percepção de que ainda não se chegou ao respeito ao preceito constitucional da dignidade da pessoa humana ou da isonomia quando se pensa nessas pessoas, pois ainda há na lei a utilização da expressão “defeito físico”, pejorativa, por óbvio, o que mostra que ainda há o que ser feito.

Palavras-chave: Incapacidade Absoluta. Incapacidade Relativa. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

¹ Ana Carolina Negrão Gonçalves, aluna do 4º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira do Curso de Direito, orientador

A INFIDELIDADE VIRTUAL GERA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR VÍTIMA REAL?

Tomaz Felipe Serrano¹
Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira²

Resumo: O objetivo deste estudo é se aprofundar em uma das possibilidades de dano moral que mais chama a atenção em decorrência da interação virtual que se faz presente no mundo todo. A globalização trouxe novas modalidades de comunicação, proporcionando consequências tanto positivas como negativas. A aproximação das pessoas em decorrência da internet modificou os relacionamentos fora da rede mundial de computadores. A carência é muitas vezes preenchida pela troca de mensagens e/ou pela demonstração de carinho em meios cibernéticos. Cabe então analisar se há possibilidade de se atribuir uma punição valorativa como o dano moral, se tratando de uma lesão que acontece virtualmente a uma pessoa, que no mundo real sente uma grave perturbação a sua honra, intimidade, vida privada e imagem da pessoa, em decorrência do descumprimento do dever conjugal. Na presente pesquisa iremos nos aprofundar na quebra do relacionamento entre pessoas em razão de uma infidelidade virtual, sendo cabível ou não a indenização, variando em consonância com o caso concreto e com os requisitos essenciais para a perturbação do íntimo da pessoa traída.

Palavras-chave: Infidelidade virtual; dano moral; relacionamentos extraconjugais.

¹ Tomaz Felipe Serrano, aluno do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira do Curso de Direito, orientador

A INFLUÊNCIA DO DIVÓRCIO NO COMPORTAMENTO INFANTIL E O PAPEL DO MEDIADOR FRENTE AOS IMPASSES

*Emerson Henrique Datilo¹
Prof. Me. Paulo Henrique Silva Godoy²*

Resumo: O artigo apresenta a influência do divórcio no comportamento infantil e o papel do mediador de conflitos frente a esta situação. A separação é sempre um processo doloroso tanto para o casal, quanto para a prole, podendo trazer traumas que podem se estender até a idade adulta. Na atual sociedade, onde cada vez mais cresce os números de divórcios, os filhos se tornam vítimas da separação, sendo colocados no centro das desavenças familiares, muitas vezes não sabendo lidar com a questão da guarda e com os novos relacionamentos dos pais. É de grande importância a participação de um mediador de conflitos, que poderá auxiliar a família nesse momento delicado e que os pais se esforcem ao máximo para ter uma relação amigável no processo de separação, para que desta forma os filhos, principalmente os filhos pequenos, vivencie a separação dos pais da forma menos dolorosa possível. Pelos problemas que o divórcio traz, é de grande importância que as consequências que a separação pode gerar nos filhos ganhem atenção especial durante e após o processo de separação.

Palavras-Chave: Direito. Mediação Familiar. Divórcios.

¹ Emerson Henrique Datilo, aluno do 2º ano do Curso de Direito / ² Prof. Me. Paulo Henrique Silva Godoy do Curso de Direito, orientador

A INTERFACE ENTRE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS E A MÚSICA COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO PROCESSO DE AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO.

*Ana Karolina Cordeiro Sobreira¹
Profª Dra. Fernanda dos Santos Varandas²*

Resumo: Atualmente, não se pode ignorar o fato do crescimento da população idosa no Brasil decorrente de fatores como aumento da expectativa de vida e diminuição das taxas de natalidade. De acordo com estimativas elaboradas e divulgadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de idosos aumenta constantemente e por volta do ano de 2050 haverá no Brasil, 73 idosos para cada 100 crianças, ou seja, é necessária atenção a essa população que compõe grande parte dos habitantes do país. Assim, o presente artigo tem por objetivo ressaltar a importância do idoso socialmente e a necessidade de Políticas Públicas Sociais a esta área. Importante destacar o Serviço Social como propulsor da transformação na vida dessas pessoas, e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, afim de desenvolver técnicas utilizando-se da música como instrumento, para contribuir nesse processo de envelhecimento e transformação social.

Palavras-Chave: Pessoa Idosa; Envelhecimento; Políticas Públicas; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Transformação Social.

¹ Ana Karolina Cordeiro Sobreira, aluna do 3º ano do Curso de Serviço Social / ² Profª. Dra. Fernanda dos Santos Varandas do Curso de Serviço Social, orientadora

A LIDERANÇA E AS TEORIAS X E Y: UM ESTUDO SOBRE AS CONCEPÇÕES DA NATUREZA HUMANA JUNTO AOS GESTORES DE UM ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL

*Alcione dos Santos Marinho¹
Maria Ângela dos Santos²
Prof. Me. José Munhoz³*

Resumo: O presente artigo aborda as concepções sobre a natureza humana, a partir das Teorias X e Y de Douglas McGregor, analisadas sob a ótica dos gestores de um órgão público municipal, destacando algumas características da liderança encontradas na gestão pública. Inicialmente foi realizada uma breve pesquisa bibliográfica sobre os conceitos relacionados as Teorias X e Y para melhor compreender o tema. Num segundo momento foi desenvolvida uma pesquisa de campo junto a um grupo de nove gestores de uma das áreas de um órgão público municipal, que espontaneamente responderam um questionário com dez pares de afirmações acerca da natureza humana (anexo A). Metodologicamente a presente pesquisa é de abordagem qualitativa e classificada como exploratória e do tipo levantamento. O resultado apontou que grande parte do grupo pesquisado (64%) se identifica com a Teoria Y, indicando desta maneira que os mesmos possuem uma concepção positiva a respeito do indivíduo no contexto do trabalho, pois esta teoria se refere a um estilo de liderança participativo e democrático baseado em valores humanos, mais alinhado aos tempos atuais que considera o indivíduo como um parceiro organizacional.

Palavras-Chave: Gestão de Pessoas. Liderança. Teorias X e Y.

¹ Alcione dos Santos Marinho, Maria Ângela dos Santos, alunas do 3º ano do Curso de Administração / ³ Prof. Me. José Munhoz Fernandes do Curso de Administração, orientador

A MULTIPARENTALIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NA SUCESSÃO HEREDITÁRIA

*Daniela Lourenço Rizzo¹
Prof. Me. Márcio Gavaldão²*

Resumo: Diante das transformações sociais decorrentes de vários fatores, como as guerras, a revolução industrial, o empoderamento feminino e a liberação sexual, as famílias se modificam constantemente. A partir dessas transformações, a afetividade mostrou-se uma das premissas para a alteração dos formatos familiares. Por meio da afetividade tornou-se possível o reconhecimento da filiação socioafetiva, bem como a instituição das famílias multiparentais, proporcionando o reconhecimento de mais de um pai/mãe, formados pelo vínculo biológico e afetivo. Contudo, a multiparentalidade produz efeitos jurídicos em todas as matérias que envolvam a filiação, que, por serem resultado de decisões recentes, não possuem ainda previsão legal.

Palavras-chave: Socioafetividade. Multiparentalidade. Sucessão hereditária.

¹ Daniela Lourenço Rizzo, Pós-graduanda em LLM Direito Civil e Processo Civil / ² Prof. Me. Márcio Gavaldão orientador

A NÃO NECESSIDADE DA AUTORIZAÇÃO DE REPONSÁVEL NO ABORTO DE MENOR ESTUPRADA.

Thales Coelho¹

Prof. José Fernando do Amaral Junior²

Resumo: O presente artigo pretende explorar a questão da necessidade ou não da autorização de responsáveis para que a menor vítima de um estupro, que venha a desenvolver uma gravidez, precisa para realizar o aborto legal, enfocando os problemas do atraso legislativo, da contrariedade das leis, do emponderamento feminino e machismo, revelando o problema que tais situações ocasionam para a formação de um justo Estado Democrático de Direito. A partir de uma pesquisa bibliográfica e da análise de dados, conseguiu-se trazer para a discussão os temas citados. Ao fim, sem esgotar o tema, revela-se a necessidade de uma melhor regulação Estatal de forma democrática, de fácil acesso, não traumática e não burocrática no tocante às necessidades da mulher no que é pertinente a gestação decorrente de um estupro.

Palavras Chave: Estupro, aborto, autorização, maioridade, consentimento.

¹ Thales Coelho, aluno do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. José Fernando do Amaral Junior do Curso de Direito, orientador

A NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL ÀS TECNOLOGIAS EMERGENTES PARA O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Genaro Gabriel Leite Magri¹

Prof. Dr. Carlos Alberto Rufatto²

Resumo: Será abordado o papel fundamental dos meios de comunicação em fortalecer as instituições democráticas, garantindo ao povo a possibilidade de participação efetiva nos processos legislativos, políticos e todos aqueles que são de interesse popular, como a fiscalização de gastos do dinheiro público e a possibilidade popular de propor mudanças que interessam à sociedade. Será evidenciado não só a necessidade de criação e utilização de plataformas de mídia que aproximam os representantes dos representados, mas também a necessidade popular de se colocar no polo ativo das relações políticas, estando engajada em prol do bem comum, o que se torna muito prudente com a dinamização e evolução da sociedade e tecnologias criadas para facilitar a vida em sociedade.

Palavras-chave: Democracia, Cidadania, meios de comunicação, instituições democráticas.

¹ Genaro Gabriel Leite Magri, aluno do 1º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. Carlos Alberto Rufatto do Curso de Direito, orientador

A PROEMINÊNCIA DO DIREITO PENAL DO TERROR, EM ASSOCIAÇÃO A DEMAIS POLÍTICAS-CRIMINAIS, SOB A ÓTICA DO CONTROLE SOCIAL

Vitor José Falavigna Romanini¹
Prof. Me. Martinho Otto Gerlack Neto²

Resumo: Este trabalho procurou identificar, em meio às diversas política-criminais existentes, aquela que mais se destaca no âmbito nacional, levando em consideração levantamentos históricos, bem como análises dos ordenamentos jurídicos de tais épocas. Realizando também um levantamento das principais ideologias e características dos movimentos; abolicionista, Direito Penal Mínimo, Máximo e Direito Penal do Inimigo, apontando também se encontram-se previstos na legislação brasileira, através de exemplos da própria lei. Importa dizer que o arrolamento de tantas teorias penais, torna-se importante para demonstrar conforme consta na parte conclusiva do trabalho, que o Direito Penal do terror, vem crescendo insistentemente no país, baseado em anseios populares, por maior sentimento de proteção social.

Palavras-chave: Políticas-criminais, Direito Penal, Direito Penal do Terror, sociedade, segurança.

¹ Vitor José Falavigna Romanini, aluno do 2º ano do Curso de Direito / ² Prof. Me. Martinho Otto Gerlack Neto do Curso de Direito, orientador

A QUESTÃO DA IMPUTABILIDADE NA PERSONALIDADE ANTISSOCIAL

Giuliana Teruel Ribeiro da Silva¹
Prof. José Fernando Amaral Júnior²

Resumo: O presente trabalho buscou abordar a personalidade antissocial, conceituando-se a abordando sobre a imputabilidade e semi-imputabilidade, tratamento dado pelo direito penal brasileiro. Além disso, procurou analisar a possibilidade de reinserção social do psicopata após o cumprimento da pena e estabeleceu a importância da criação de uma prisão especializada a tais criminosos. Na sequência, o presente trabalho faz menção aos institutos relativos à atribuição da culpabilidade ao sujeito criminoso estabelecendo quais as formas de sujeição a cada instituto. Demais, faz uma crítica a submissão dos psicopatas criminosos ao cumprimento da pena no regime prisional comum, visto que sua presença interfere significativamente na recuperação dos demais presos. E por fim, buscou-se analisar a possibilidade ou não de reintegração do psicopata delinquente na sociedade, uma vez que são considerados criminosos irrecuperáveis.

Palavras-chaves: psicopatia – imputabilidade – inimputabilidade – regime prisional – tratamentos curativos.

¹ Giuliana Teruel Ribeiro da Silva, aluna do Curso de Direito / ² Prof. José Fernando Amaral Júnior do Curso de Direito, orientador

A REINserÇÃO DO IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO NA CENA CONTEMPORÂNEA

Filippe Almeida Souza¹
Karla Gabriely R. A. Librandi²
Profª. Ma. Maria Dvanil D'Ávila Calobrizi³

Resumo: O presente estudo tem como objetivo geral identificar os motivos que levam os idosos à reinserção no mercado de trabalho. A pesquisa foi realizada no Escritório Jurídico ITE/FUNDATO conveniado com a Defensoria Pública Regional de Bauru. O universo é composto por 07 sujeitos válidos, através de uma pesquisa censitária. Caracteriza-se por pesquisa quali-quantitativa e como técnica de coleta de dados optou-se pela entrevista, subsidiada por um formulário com questões abertas e fechadas, aplicadas com os idosos durante o atendimento dos mesmos no Escritório. Os resultados apontam que o número de idosos reinseridos no mercado de trabalho aumentou consideravelmente, tendo em vista que o valor das aposentadorias, ou benefícios sociais não são suficientes para prover a subsistência dos mesmos e a dos seus familiares.

Palavras-chave: Idoso. Reinserção. Mercado de Trabalho.

¹ Philippe Almeida Souza, Assistente Social, ² Karla Gabriely R. A. Librandi, Assistente Social / ³ Profª. Ma. Maria Dvanil D'Ávila Calobrizi do Curso de Serviço Social, orientadora

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS FRENTE À PRÁTICA DO BULLYING PELOS FILHOS

Thaysa Tramonte Leme¹
Prof. Dr. André Murilo Parente Nogueira²

Resumo: O presente trabalho tem por escopo discorrer sobre a responsabilidade civil e a sua aplicação na responsabilidade dos pais frente à prática do delito bullying realizado por seus filhos, demonstrando os elementos necessários para que seja realizado o reparo do prejuízo causado a outrem.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil; Bullying; Escola; Agressão.

¹ Thaysa Tramonte Leme, aluna do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. André Murilo Parente Nogueira do Curso de Direito, orientador

A RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL DA IMPRENSA EM FACE DOS DANOS CAUSADOS

Guilherme Fernando Chiarato¹
Aline Cristina Campanhã²
Profª Dra. Daniela Aparecida Rodrigues³

Resumo: Este artigo analisou a responsabilidade civil e penal da imprensa em face dos danos causados. A partir da análise de conteúdo e pesquisa bibliográfica, buscou-se descobrir como é usufruída a liberdade dada à mídia e de que modo ocorre a veiculação de notícias. O trabalho analisou matérias já publicadas, constatando-se assim um abuso de poder da mídia e uma carga de influência dela na absorção das matérias pela massa. Além disso, abordou-se também o dano à imagem, a privacidade e a honra em determinadas situações. Todos esses aspectos foram examinados em observância à legislação e à Constituição Federal Brasileira.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Jornalismo. Liberdade de Expressão. Dano.

¹ Guilherme Fernando Chiarato aluno do 3º ano do Curso de Direito, ² Aline Cristina Campanhã aluna do 2º ano do Curso de Jornalismo na UNESP / ³ Profª Dra. Daniela Aparecida Rodrigues do Curso de Direito, orientadora

A SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL E NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Nayara Alavarce de Oliveira¹
Profª Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes²

Resumo: O presente trabalho relata toda a progressão que a sociedade sofreu até hoje, e como isso refletiu significativamente no âmbito familiar. No entanto o enfoque é totalmente na Síndrome de Alienação Parental, um tema incrivelmente novo de acordo com a Lei 12.318 de agosto de 2010, que tem repercutido muito no mundo jurídico e na sociedade, devido à grande demanda de processos e situações que envolvem o presente tema, pois conforme a regra conceitual, a síndrome é resultado de divórcios que desencadeiam a disputa de guarda, onde por meio de alienações e implantação de falsas memórias o genitor alienador faz com que a criança ou o adolescente comece a se distanciar e odiar o genitor alienado, gerando os transtornos e prejudicando o futuro da criança ou do adolescente de forma emocional e psicológica. Então cabe ao Poder Judiciário e seus profissionais, tomarem as devidas providências para combater essa estratégia egoísta do genitor alienador.

Palavras-chave: Família. Divórcio. Alienação Parental. Síndrome de Alienação Parental. Alienação na constância da união conjugal. Ação incidental e declaratória. Alienação Parental e o Novo Código de Processo Civil.

¹ Nayara Alavarce de Oliveira, aluna do 5º ano do Curso de Direito / ² Profª Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes do Curso de Direito, orientadora

A TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

*Lucas Renan de Sousa¹
Prof. Me. Martinho Otto Gerlack Neto²*

Resumo: O presente artigo científico tem como principal escopo apresentar os principais contornos da Teoria do Domínio do Fato, utilizando como base as doutrinas que tratam sobre o tema e as diversas jurisprudências, além de analisar a legislação penal vigente. Inicialmente, para fins de introduzir o leitor ao assunto, sabe-se que, no tocante ao concurso de pessoas, o legislador adotou a teoria “unitária” ou “monista”. Entretanto, não significa que o legislador proibiu o uso de outros critérios e teorias. Frente ao desenvolvimento da criminalidade e do surgimento de verdadeiras organizações criminosas, a Teoria do Domínio do Fato pode ser uma forma adequada da identificação de autoria, fazendo com que a sanção penal seja aplicada aos responsáveis. Em apertada síntese, podemos dizer que o autor/mentor/detentor do domínio do fato é aquele que escolhe as vítimas, planeja a forma de agir, faz o financiamento da ação criminosa e determina ordens a serem executadas pelos subordinados. Ante o exposto, constatou-se que a doutrina moderna e a jurisprudência estão aceitando e aplicando a teoria do domínio do fato para considerar autor do delito aquele que possui o controle e domínio da ação criminosa, embora não tenha executado materialmente nenhuma conduta típica.

Palavras-chaves: Autoria. Participação. Teoria do Domínio do Fato

¹ Lucas Renan de Sousa, aluno do Curso de Direito / ² Prof. Me. Martinho Otto Gerlack Neto do Curso de Direito, orientador

A TOMADA DE DECISÃO APOIADA

*Fernanda Silva Mendonça¹
Prof. Me. Rodrigo Pieroni Fernandes²*

Resumo: O presente artigo científico teve como objetivo a análise do novo instituto protetivo da pessoa com deficiência, introduziu no sistema jurídico brasileiro pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015 denominado como Tomada de Decisão Apoiada, que tem como premissa cumprir o princípio da dignidade da pessoa humana em seu duplo efeito, promovendo-lhe direitos e garantindo a segurança de sua plena capacidade. Analisar-se-á as mudanças introduzidas ao Código Civil aos aspectos da teoria da capacidade jurídica, e seu reflexo aos institutos da Tutela e Curatela.

Palavras-chave: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Tutela e Curatela. Tomada de Decisão Apoiada.

¹ Fernanda Silva Mendonça, aluna do 5º ano do Curso de Direito / ² Prof. Me. Rodrigo Pieroni Fernandes do Curso de Direito, orientador

ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

*Monica Pelegrineli¹
Profª. Ma. Tatiana Stroppa²*

Resumo: Este trabalho discorre sobre o conceito, as causas e as consequências da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Enfoca o dever de o Estado agir em tais casos conforme impõe o princípio da proteção integral previsto na Constituição Federal de 1988. Os abusos geralmente são cometidos por pessoas íntimas e conhecidas das crianças e dos adolescentes, sofrendo influência da situação financeira de famílias economicamente hipossuficientes. O Estado tem o poder - dever de agir e proteger todas as crianças e adolescentes por meios de políticas públicas, através do Ministério Público, Conselhos Tutelares, Defensorias Públicas, Programas Sociais, Disque 100, Ouvidorias e etc...

Palavras-chave: Abuso sexual; crianças e adolescentes; exploração sexual.

¹ Monica Pelegrineli aluna do 3º ano do Curso de Direito / ² Profª. Ma. Tatiana Stroppa do Curso de Direito, orientadora

ACIDENTES DE TRABALHO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DAS OCORRÊNCIAS EM BAURU E REGIÃO

Ana Paula de Azevedo Blanco¹
Prof. Me. José Munhoz Fernandes²

Resumo: Atualmente, vivemos num mundo em constantes mudanças, onde as organizações precisam ser cada vez mais competitivas em relação ao mercado globalizado, assim sendo, qualidade e tempo são fundamentais para atingir os resultados esperados. Diante disso, o objetivo desse estudo científico de abordagem quantitativa, será discutir as ocorrências de acidentes de trabalho típicos em Bauru e região, a partir da análise quantitativa de dados registrados no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Antes, porém, uma breve descrição deste quadro em nível nacional será apresentada. Os resultados indicaram que o número de acidentes de trabalho na região pesquisada vem caindo significativamente, demonstrando que as organizações estão cada vez mais preocupadas com esta importante questão e que o órgão de fiscalização, no caso o Ministério do Trabalho, vem sendo rigoroso em suas ações.

Palavras-chave: Segurança do trabalho. Acidentes de Trabalho. Competitividade.

¹ Ana Paula de Azevedo Blanco, aluna do 3º ano do Curso de Engenharia de Produção / ² Prof. Me. José Munhoz Fernandes do Curso de Administração, orientador

ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL DO REU PRESO POR VIDEO-REFERENCIA

Bruno Vanni¹
Guilherme Pereira Destefani²
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares³

Resumo: Esse trabalho procurou identificar as consequências atuais mais importantes do interrogatório do réu preso realizado por videoconferência. A criação da lei 11900-2009 que dispõe sobre o interrogatório do réu preso realizado por videoconferência, deu origem a um rico debate na área processual penal jurídica. O acompanhamento deste debate, permite perceber, por um lado, a importância da personalidade do juiz e do defensor, no interrogatório do réu preso, reconhecendo que a teleaudiência tem seus aspectos positivos e negativos, e por outro lado, a importância de uma boa defesa sem perder os pontos mais relevantes que devem ser preservados. Deforma semelhante, as críticas e os debates em torno das abordagens de mudança conceitual contribuíram para a percepção da riqueza e da complexidade desse processo.

Palavras-chave: Processo penal, Debate Racional, Análise de conceitos, Juristas Brasileiros.

¹ Bruno Vanni, ² Guilherme P. Destefani alunos do 3º ano do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito, orientador

ADOÇÃO: HISTORICIDADE E LEGALIDADE

Vitor Antonio Trentini Sampaio Lopes¹
Prof. Me. Bento Barbosa Cintra Neto²

Resumo: Este trabalho busca fazer, através da observância das mudanças que ocorreram conforme o tempo e momento histórico, um estudo sobre a legislação que circunda o tema 'adoção'. Ao analisar a evolução da sociedade, nota-se que novas leis devem ser criadas e outras, já existentes, atualizadas.

Palavras-chave: Adoção. Legislação. História. Sociedade.

¹ Vitor Antonio Trentini Sampaio Lopes, aluno do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. Me. Bento Barbosa Cintra Neto do Curso de Direito, orientador

ALGORITMO DE TRANSAÇÃO MEMÓRIA-TEMPO: RAINBOW TABLE - QUEBRANDO A CRIPTOGRAFIA

Roseli Rossafa da Silva¹
Prof. Luiz Otávio Camaliente²

Resumo: Este trabalho mostra a falibilidade da criptografia por meio de quebra de senhas/arquivos codificados usando diversas técnicas, contudo o foco maior é a Rainbow table uma tabela que possui diversos hashes armazenados e que, por meio de um algoritmo, o invasor consegue descobrir a senha do usuário e concluir o ataque. Todavia, tais elucidações, servem como uma precaução na guarda de dados e não como um alarde.

Palavras-chave: Rainbow table. Criptografia. Hash. Segurança.

¹ Roseli Rossafa da Silva, aluna do 3º ano do Curso de Sistemas de Informação / ² Prof. Luiz Otávio Camaliente do Curso de Sistemas de Informação, orientador

ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE IMPETRAÇÃO DE *HABEAS CORPUS* PARA ANIMAIS NÃO-HUMANOS COM ÊNFASE EM PRIMATAS

Fernanda Robles Francisco¹
Prof. Me. Martinho Otto Gerlack²

Resumo: Este artigo expõe, através de conceitos de ética animal, a necessidade da atualização da aplicação da norma jurídica nos casos concretos, para que o remédio constitucional do *habeas corpus* possa ser expandido aos grandes primatas. Através de análise histórica, busca-se compreender o objetivo primordial do writ que, aliado a atualização dos critérios para consideração de personalidade, pode conferir condição digna de vida para seres tão complexos e sensíveis.

Palavras-chave: Direito Constitucional. *Habeas corpus*. Ética animal. Senciência. Grandes primatas.

¹ Fernanda Robles Francisco, aluna do Curso de Direito / ² Prof. Me. Martinho Otto Gerlack do Curso de Direito, orientador

ANÁLISE DOS REQUISITOS DA LEI N. 12.441/2011 QUE INSTITUIU A EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)

Ruan Felipe Pereira¹
Profª. Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes²

Resumo: O presente trabalho trata da empresa individual de responsabilidade limitada como um novo ente jurídico inserido pela Lei n. 12.441/2011, do qual acrescentou ao Código Civil o art. 980-A. Esclarecendo acerca da limitação da responsabilidade, discussões em que há contradição na doutrina. O propósito deste trabalho é apontar a forma de constituição, integralização de capital, nome empresarial, bem como diversos institutos que regem a empresa individual de responsabilidade limitada. A aplicação da analogia entre a sociedade limitada e a empresa individual de responsabilidade limitada. Que diante da confusão patrimonial ou desvio de finalidade da pessoa jurídica aplica-se o instituto da desconsideração da personalidade jurídica. A aplicação da Lei de Falências na figura do empresário individual de responsabilidade limitada. Tendo uma relevância jurídica no meio empresarial por inserir uma nova modalidade de empresa no ordenamento jurídico pátrio. E um meio de formalização dos empresários de fato e das sociedades fictícias.

Palavras-chave: Direito empresarial. Pessoa jurídica. Empresa individual de responsabilidade limitada.

¹ Ruan Felipe Pereira, aluno do Curso de Direito / ² Profª Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes orientadora

APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS E DILEMAS PÓS-TRABALHO

Ana Paula Ganzerolli de Oliveira¹
Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira²
Prof^a. Ma. Gerceley Paccola Minetto³

Resumo: Este estudo tem como objetivo geral evidenciar os impactos causados pela aposentadoria aos idosos, bem como apontar a contribuição do Serviço Social nessa relação. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, realizada junto aos integrantes do “Grupo Eternos Jovens” (FUNDATO – ITE) da cidade de Bauru, no período de fevereiro a novembro de 2014. Os resultados apontam que são idosos aposentados e pensionistas a mais de dez anos, com idade acima de cinquenta e nove anos e que residem sozinhos. Reconhecem a aposentadoria como benefício, porém, admitem um despreparo para enfrentá-la, no entanto, não gostaria de revertê-la. Os maiores impactos são a diminuição do salário para sobrevivência, já que acabam tendo que auxiliar familiares e, a perda dos colegas de trabalho. O profissional de Serviço Social é um dos profissionais mais capacitados/qualificados para intervir nessa realidade, criando e executando projetos e programas de pré-aposentadoria nas empresas e instituições, garantindo-lhes preparação e orientação para a nova fase, quebrando todo e qualquer estigma sobre a velhice, e em especial, a aposentadoria.

Palavras-Chave: Aposentadoria. Impactos. Serviço Social.

¹ Ana Paula Ganzerolli de Oliveira Assistente Social, ² Taiane Aparecida Cronjarjer de Oliveira Assistente Social, ³ Prof^a Ma. Gerceley Paccola Minetto do Curso de Serviço Social

AS DISTINÇÕES ENTRE O CASAMENTO E A UNIÃO ESTÁVEL. AFINAL, HÁ DIFERENÇAS OU NÃO?

Letícia Nascimbem Colovati¹
Prof. Rafael Mercadante Júnior²

Resumo: O presente estudo aborda as principais distinções existentes entre o casamento e a união estável a fim de demonstrar que existem, sim, diferenças relevantes entre ambos. Para isso, sendo o casamento e a união estável entidades familiares respaldadas pela Constituição, se fez necessário abordar o conceito de família, sua evolução histórica, demais espécies familiares existentes, destacando os princípios norteadores do direito de família. Por conseguinte, há a explanação sobre os conceitos, naturezas jurídicas, formalidades, provas e efeitos do casamento e da união estável. Por fim, diante das dúvidas existentes no meio prático, jurídico e social, buscou-se estabelecer as diferenças entre determinados assuntos atinentes ao casamento e a união estável, e, além disso, o que pode ser equiparado entre um e outro.

Palavras chave: Casamento – União Estável – Distinções – Entidades Familiares.

¹ Letícia Nascimbem Colovati, advogada graduada em Direito / ² Prof. Rafael Mercadante Júnior do Curso de Direito, orientador

AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Rafaela Garcia Ramos¹
Prof. Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes²

Resumo: Este trabalho buscou identificar e analisar as principais alterações realizadas pela Lei 13.146, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, fazendo interpretações, observações e conclusões sob a luz dos princípios constitucionais e das finalidades da norma Estatuária. Esta causou debates na comunidade jurídica acerca da efetiva proteção da pessoa com deficiência nas mudanças realizadas, e também, dúvidas na prática jurídica. Somado a isso, esta lei e o Código de Processo Civil de 2015 foram promulgados e publicados em períodos próximos, isto contribuiu para o aumento de dúvidas no âmbito dogmático e prático. Desse modo, este artigo busca contribuir para o debate, elemento essencial para o acontecimento de avanços e melhorias no Direito. A lei nº 13.146 também gerou avanços no ordenamento jurídico brasileiro, e por isso, este projeto também busca dar destaque às homenagens aos princípios da Constituição na adequação de institutos antigos realizadas por esta lei.

Palavras-chave: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Casamento da pessoa com deficiência. Incapacidade. Curatela. Tomada de Decisão Apoiada. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

¹ Rafaela Garcia Ramos, aluna do 1º ano do Curso de Direito / ² Profª Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes do Curso de Direito, orientadora

AS RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR NO RODEIO DE MONTARIA EM TOUROS

Jessica Cardoso Leal¹
Prof. Me. Reinaldo Antônio Aleixo²

Resumo: Este trabalho é um estudo teórico que procurou identificar e descrever as responsabilidades do administrador no rodeio de montaria em touros, e as diferenças que existem em comparação com o rodeio Internacional, onde o intuito é levar para os leitores a realidade clara de como funciona um rodeio e toda sua parte de gestão, administração e profissionalismo que estão presentes nos eventos. O trabalho descreve partes importantes que ficam ocultas para quem não conhece essa realidade, o enfoque está no reconhecimento do rodeio como uma forma de renda e de trabalho, que atualmente não é divulgada e não traz o mesmo retorno de um ambiente de trabalho para aqueles que hoje atuam neste ramo, também esclarece conceitos equivocados de suposições e boatos decorrentes na mídia e que são a causa do rodeio ser visto como um evento de maus tratos de animais.

Palavras-chave: Rodeio. Responsabilidade. Reconhecimento.

¹ Jessica Cardoso Leal, aluna do 2º ano do Curso de Administração / ² Prof. Me. Reinaldo Antônio Aleixo do Curso de Administração, orientador

ASPECTOS JURÍDICOS RELEVANTES ACERCA DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC

*Fabiana de Souza¹
Natalia Raminelli dos Santos²*

Resumo: O presente artigo pretende analisar o Benefício de Prestação Continuada, importante benefício assistencial para a garantia da dignidade humana da pessoa com deficiência e idosa. O BPC está previsto no artigo 203, V, da Constituição Federal e foi disciplinado pelos artigos 20 e 21 da Lei Orgânica da Assistência Social. Inicialmente verificaremos quais são os requisitos legais para a concessão do benefício. Analisar-se-á o que é deficiência para fins de concessão do BPC e, em seguida, veremos quem são os beneficiários. Também serão analisados os requisitos econômicos e, por fim, como ocorre o início e cancelamento do Benefício de Prestação Continuada.

Palavras-chave: Benefício de Prestação Continuada. Dignidade da Pessoa Humana. Lei Orgânica da Assistência Social.

¹ Fabiana de Souza Mestre em Sistema Constitucional de Garantias de Direitos pelo Centro Universitário de Bauru, ² Natalia Raminelli dos Santos Mestranda em Saúde e Educação pela Universidade de Ribeirão Preto

ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS: UM DIÁLOGO ENTRE O UNIVERSO ESCOLAR E A COMUNIDADE

*Joyce Caroline Costa de Oliveira¹
Profª Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins²*

Resumo: Discutir a importância da atuação do Assistente Social dentro das Unidades Escolares, sejam elas públicas ou privadas, tendo em vista a atual situação dos profissionais da educação e alunos que, em meio a realidades vivenciadas de maneira um tanto incompreendidas, acabam sendo vítimas e agindo de forma não respaldada, realidades que emancipam o baixo rendimento escolar, as agressões familiares, a gravidez na adolescência, uso de substâncias psicoativas, desavenças com os profissionais da Educação, entre outras. Assim, incluir o Assistente Social nas escolas, buscando amenizar os conflitos advindos dessas realidades, utilizando suas ferramentas de intervenção, respaldados nos princípios legais de atuação e com base no Projeto de Lei PL (060/2007), que preconiza a inclusão de Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas públicas de Educação Básica.

Palavras-chave: Educação. Família. Comunidade. Ambiente escolar. Serviço Social.

¹ Joyce Caroline Costa de Oliveira, aluna do 3º ano do Curso de Serviço Social / ² Profª Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins do Curso de Serviço Social, orientadora

ASSISTENTE SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL

Maria Inês Fontana¹

Resumo: O presente artigo fundamenta-se em algumas reflexões realizadas no processo de construção da tese de doutorado, que teve como objeto de estudo, o processo de pesquisa na prática profissional, numa perspectiva de instrumentalização e qualificação da prática profissional. Teve como objetivo contribuir com algumas reflexões no sentido de situar os assistentes sociais, como sujeitos construtores da identidade profissional, apontando que as possibilidades e os desafios vivenciados pela categoria devem ser encaminhados na direção da efetivação do projeto ético-político profissional, valendo-se da pesquisa em sua prática profissional.

Palavras chave: serviço social, prática profissional e pesquisa social.

¹ Maria Inês Fontana, Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, docente no Curso de Serviço Social do Centro Universitário Bauru – ITE

ATUAÇÃO DO DESARMAMENTO NO EXERCÍCIO DO DIREITO À LEGÍTIMA DEFESA

Rafaella Stangherlin¹
Prof. José Fernando do Amaral Júnior²

Resumo: Este trabalho procurou explicar o entendimento acerca do desarmamento, transmitir a ciência por trás do início do mesmo, bem como apresentar o ponto de vista a favor do armamento, focando no quesito da Legítima Defesa, afastando apenas o pensamento de grande fração que se baseia em: "Mais armas, menos violência", fazendo com que reflitam relativamente ao fato de se auto defender de bandidos que ilegalmente possuem armas.

Palavras-chave: Desarmamento, armas, defesa, estatuto, Legítima Defesa

¹ Rafaella Stangherlin, aluna do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. José Fernando do Amaral Júnior do Curso de Direito, orientador

AUDITORIA INTERNA PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Thainara de Godoi¹
Prof. Osvaldo Luiz Gonçalves Cunha²

Resumo: O artigo tem como objetivo exibir os procedimentos da auditoria interna e como os mesmos irão atuar nas pequenas e médias empresas, buscando a qualidade dos registros e de sua segurança. Expor sua importância dentro de uma organização para as operações contábeis, financeiras e outros tipos, a fim de auxiliar a administração do local. Realçar sua função de buscar a eficiência e eficácia dos controles que existem dentro de uma organização e exercer um papel base para conclusões e recomendações nas decisões evitando uma possível fraude ou erro em seus procedimentos, razão pela qual justifica-se a discussão deste tema. Demonstrar também como o trabalho de auditoria ajuda no controle interno, avalia a gestão de risco e logo como é realizada perante as situações. A proposta é identificar sob a ótica de alguns autores, aspectos importantes relacionados à auditoria interna e sua contribuição para micro, pequenas e médias empresas. Em termos de classificação, a pesquisa é de abordagem qualitativa, quanto aos objetivos é exploratória e os procedimentos de coleta de dados é bibliográfica.

Palavras-chave: Auditoria Interna. Pequenas e Médias Empresas. Fraude ou Erro. Eficiência e Eficácia.

¹ Thainara de Godoi, aluna do 4º ano do Curso de Ciências Contábeis / ² Prof. Osvaldo Luiz Gonçalves Cunha do Curso de Ciências Contábeis, orientador

AValiação DE DESEMPENHO COM FOCO EM COMPETÊNCIAS: O CASO DE UMA EMPRESA DE CONTACT CENTER ESPECIALIZADA EM RECUPERAÇÃO DE CREDITO.

Karen Franco Alavarque¹

Luciana Oliveira Soares²

Prof. Me. José Munhoz Fernandes³

Resumo: A avaliação de desempenho com foco em competências, parece ter surgido como um novo conceito quando se pensa em avaliar o desempenho humano no trabalho. Segundo vários autores e também experiências de sucesso na sua implantação, é uma ferramenta que busca avaliar o que os colaboradores efetivamente entregam para a organização, pois, o fato de existirem competências em suas mãos, não significa que estas estão agregando valor a ela. O objetivo deste trabalho, é descrever um caso de implantação dessa ferramenta junto a uma empresa de *contact center* do ramo de recuperação de crédito, localizada no interior do estado de São Paulo. De abordagem qualitativa, a presente pesquisa descreveu e analisou a experiência da empresa, sob a ótica da área de recursos humanos, identificando os aspectos dificultadores e facilitadores de sua implementação. Os resultados da análise dos relatos demonstram que a empresa obteve êxito, porém, ficou evidente que isso só foi possível, pelo fato dessa ferramenta integrar um processo maior: o de gestão por competências e ainda, em função do alto grau de comprometimento de todos os níveis organizacionais, obtido por meio de uma comunicação transparente e de um planejamento compartilhado.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Gestão por Competências. Avaliação de Desempenho com Foco em Competências.

¹ *Karen Franco Alavarque*, ² *Luciana Oliveira Soares* alunas do 3º ano do Curso de Administração / ³ *Prof. Me. José Munhoz Fernandes* do Curso de Administração, orientador

BIG DATA: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

Alexandre Salgado Rodrigues¹

Prof. Dr. Kleber Rocha de Oliveira²

Prof. Dr. Marcelo Lampkowski³

Resumo: Este artigo aborda a temática do *Big Data* como forma de analisar e minerar dados para a alocação estratégica de recursos em áreas públicas com carência, seja na área da saúde, habitação, educação ou segurança. Por meio da aplicação do *Big Data*, é possível obter a análise de uma quantidade massiva de dados, possibilitando, assim, a elaboração de planos de contingência para as áreas mais necessitadas, como, por exemplo, a alocação de carretas equipadas com aparelhos hospitalares em bairros com estrondosas filas para exames médicos, atendimentos básicos, vacinações e/ou surto de doenças, assim, descongestionando as unidades básicas de saúde e unidades de pronto atendimento. Desta forma, é possível, a curto prazo, eliminar esse embaraçoso gargalo que aflige a saúde pública há árduos anos, cumprindo com o dever mínimo dos municípios e estado de aprovisionar saúde mínima e de qualidade aos cidadãos.

Palavras-chave: *Big Data*, saúde, gestão de recursos, gestão eficiente, soluções customizadas em saúde.

¹ *Alexandre Salgado Rodrigues*, aluno do 2º ano do Curso de Sistemas de Informação / ² *Prof. Dr. Kleber Rocha de Oliveira*, *Prof. Dr. Marcelo Lampkowski* do Curso de Sistemas de Informação, orientadores

BREVE INTRODUÇÃO AO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E OS IMPACTOS ADMINISTRATIVOS

*Pedro Bueno Machado¹
Prof. Me. Rodrigo Pieroni Fernandes²*

Resumo: O presente trabalho tem como intuito, difundir o tema abordado, qual seja o presidencialismo de coalizão. Servindo de norte para alavancar o interesse e posteriores debates sobre o mesmo, o objetivo é fazer com que mais pessoas tomem conhecimento do tema, eis que mais do que uma discussão acadêmica, deve ser uma discussão ampla e irrestrita, tendo em vista o elevado grau de importância e dos efeitos que acarreta para o atual cenário nacional.

Palavras chave: Presidencialismo; coalizão; administração pública.

¹ Pedro Bueno Machado, aluno do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. Me. Rodrigo Pieroni Fernandes do Curso de Direito, orientador

CLÁUSULAS ABUSIVAS EM CONTRATOS BANCÁRIOS NA ÓTICA DO STJ

*Guilherme Wrobel Duarte¹
Prof. Dr. José Claudio Domingues Moreira²*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo promover uma rápida introdução ao Código de Defesa do Consumidor (CDC), abordando os conceitos de consumidor e fornecedor de serviços, os princípios de tal lei, a aplicação do CDC nos contratos de consumo, discorrendo sobre os princípios específicos de tal área, bem como sobre as cláusulas abusivas e suas sanções e por fim a aplicação da lei consumerista pelo STJ nos contratos bancários.

Palavras-chave: Súmula 381. Contratos Bancários. Código de Defesa do Consumidor.

¹ Guilherme Wrobel Duarte, aluna do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira do Curso de Direito, orientador

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NO NOVO CPC COMO INSTRUMENTOS DE EFETIVAÇÃO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

*Ana Carolina Negrão Gonçalves¹
Natália Botelho de Souza²
Prof. Doutor José Cláudio Domingues Moreira³*

Resumo: Tendo por base os direitos fundamentais presentes no ordenamento jurídico pátrio, procede-se, por meio deste, à análise de suas características, bem como de direitos fundamentais específicos ligados à conciliação e à mediação, tais quais, a duração razoável do processo, a boa-fé, a jurisdição e entre outros. O trabalho aborda, também, as diferenças entre conciliação e mediação, de modo a enfatizar que sua utilização depende principalmente da atuação do advogado, uma vez que se encontra mais próximo às partes litigantes e acaba por determinar ou não sua exploração. A opção pelos meios alternativos de solução de conflitos encontra-se estimulada pelo novo CPC, vez que se tratam de meio mais rápido, mais acessível e eficaz, que acaba por resultar em acordo que será homologado por um juiz e poderá ser executado no Judiciário, eliminando a fase de conhecimento e, conseqüentemente, auxiliando na diminuição do principal problema do Judiciário, qual seja, o grande número de demandas que batem à sua porta diariamente.

Palavras-chave: Conciliação. Mediação. Meios alternativos. Solução de conflitos. Direitos Fundamentais. Advogado. Novo CPC.

¹ Ana Carolina Negrão Gonçalves, ² Natália Botelho de Souza alunas do 4º ano do Curso de Direito / Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira do Curso de Direito, orientador

CONFISSÃO VERIFICADA NA FASE POLICIAL: É VÁLIDA E TEM CREDIBILIDADE FRENTE AO NOVO PROCESSO PENAL?

Ana Carolina Gonçalves Pereira¹
Prof. Dr. Sílvio Carlos Álvares²

Resumo: O presente trabalho acadêmico de iniciação científica tem como objetivo a análise da confissão do acusado perante a autoridade policial, indagando qual seria a sua credibilidade e valoração; buscando analisar qual a eficácia produzida. Explica quais os motivos que levam uma pessoa a confessar o delito por ele praticado, e possivelmente retratar-se em juízo. Nesse sentido, percebe-se que é um estudo de grande importância no processo penal porque o estudo sobre a confissão e sua credibilidade funciona como um mecanismo probatório, que coleta indícios de autoria e materialidade da conduta delituosa do indivíduo, com a finalidade de chegar à verdade real dos fatos.

Palavras-chave: Confissão. Validade. Credibilidade. Inquérito policial.

¹ Ana Carolina Gonçalves Pereira, aluna do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. Sílvio Carlos Álvares do Curso de Direito, orientador

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA

Antônio Marcos Ferreira da Silva Orletti¹
Profª Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar, sob o aspecto do Direito das Famílias e do Biodireito, a realidade da reprodução humana assistida, por meio de consultas bibliográficas e jurisprudenciais, levando-se em consideração a pluralidade de configurações familiares existentes na sociedade brasileira, bem como os avanços médicos que propiciaram um melhor planejamento familiar. O instituto da filiação tem papel fundamental para realização da dignidade da pessoa humana, haja vista ser ele o centro da formação de certas famílias, assim, o Estado deve proporcionar meios para que a autonomia do Direito Privado, bem como a autonomia da própria mulher, seja de pleno gozo no que concerne as escolhas sobre as próprias vontades.

Palavras-chave: Direito das famílias. Filiação. Reprodução Assistida. Inseminação Artificial.

¹ Antônio Marcos Ferreira da Silva Orletti, aluno do 2º ano do Curso de Direito / ² Profª Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes do Curso de Direito, orientadora

CONTRIBUIÇÃO DO HACKER ÉTICO NO ÂMBITO DE PERÍCIA

Fábio Luiz Passos¹
Letícia Rossi da Silva²
Prof. Dr. Cláudio José Amaral Bahia³

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de demonstrar como as autoridades se utilizam da internet para o benefício da população, visando a captura de pessoas que infringem a lei no âmbito virtual. Será exposto a atuação do hacker ético juntamente com a polícia e a aplicabilidade dos dispositivos penais em casos concretos.

Palavras-chave: Perícia. Segurança. Hacker ético.

¹ Fábio Luiz Passos, ² Letícia Rossi da Silva alunos do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Cláudio José Amaral Bahia do Curso de Direito, orientador

COPARENTALIDADE: NOVA ESPÉCIE DE FAMÍLIA?

Maitê de Godoi dos Santos¹
Tamires Silva de Santana²
Prof. Me. Márcio Gavaldão³

Resumo: O presente artigo almeja apresentar a coparentalidade como uma nova formação de família, cada vez mais evidente em nossa sociedade atual. Apresentado de forma breve é elencada a constitucionalização do Direito de Família ao longo do tempo, fazendo-se uma abordagem sucinta acerca dos diversos princípios fundamentais afetos à família e o surgimento de diversos grupos familiares em nosso ordenamento jurídico, com ênfase na coparentalidade. Assim, para a elucidação de cada ponto apresentado no artigo foram utilizadas reflexões e fundamentando com base em estudiosos da área do Direito de Família. Por fim, a intenção é destacar os pontos mais importantes, mostrando os conceitos, evoluções históricas da constitucionalização da família e dos diversos princípios inerentes ao tema, para enfim abordar a coparentalidade como uma nova espécie de família.

Palavras-chave: Famílias. Evolução. Direito de Família Constitucional. Família Contemporânea. Coparentalidade. Nova espécie de família.

¹ Maitê Godoi dos Santos, ² Tamires Silva de Santana advogadas formadas pelo Centro Universitário de Bauru / ³ Prof. Me. Márcio Gavaldão do Curso de Direito, orientador

CRISE DO CAPITAL E OS REBATIMENTOS NA GARANTIA DE DIREITOS À JUVENTUDE DA CLASSE TRABALHADORA

Thiago Rodrigo da Silva¹
Neide Aparecida de Souza Lehfel²

Resumos: São tempos difíceis para as adolescências e seus direitos sociais, pois o capitalismo vive a sua mais intensa crise estrutural, derruindo a dignidade e a humanidade destas. Este *paper* objetiva, à luz da teoria social de Marx, refletir sobre os desdobramentos da crise do capital nos direitos sociais de adolescentes da classe trabalhadora, que vivem os sabores da desigualdade, da segregação e da criminalização.

Palavras-chave: Adolescências; Direitos Sociais; Crise do capital.

¹ Thiago Rodrigo da Silva Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP / ² Neide Aparecida de Souza Lehfel Livre docente. Doutora em Serviço Social pela PUC-SP

DA ANÁLISE PROBATÓRIA DAS CARTAS PSCOGRAFADAS

Juliana Losnake Pereira¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²

Resumo: O escopo primordial dessa pesquisa científica é a análise probatória das cartas psicografadas, bem como, compreender os conflitos argumentativo entre os que a consideram como meio de prova admissível e aqueles que defendem piamente a inadmissibilidade da psicografia ante o tribunal. Busca-se abordar conceitos doutrinários e científicos, bem como examinar os primórdios relatos de físicos quânticos que comprovaram cabalmente fenômenos mediúnicos. O presente trabalho conta com a narração de alguns casos em que cartas psicografadas foram utilizadas como fonte de prova documental, bem como, a comprovação de autoria de tais relatos através de exame grafotécnico. Busca-se, pois, a ótica de que a psicografia deve ser considerada como prova, devendo ser analisada e valorada por autoridade competente.

Palavras-chave: Psicografia. Prova documental. Admissibilidade.

¹ Juliana Losnake Pereira, aluna do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito, orientador

DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Érica Cristina Ferreira¹

Prof^a Ma. Josiane Fernandes Lozigia Carrapato²

Resumo: Este artigo faz parte do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social e busca compreender o papel da profissão na Estratégia de Saúde da Família. As facilidades do assistente social nesse espaço ocupacional é ter autonomia e ser reconhecido pela equipe, já as dificuldades é o trabalho em rede se concretizar na prática. As principais atividades realizadas são elaboração de relatórios, estudo social, discussão de casos, visita domiciliar, entrevista, acolhimento, diálogo e contato telefônico.

Palavras-chave: Serviço Social. Saúde da Família. Atenção Básica

¹ Érica Cristina Ferreira Pós Graduação em Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos no trabalho com Família FAPSS (cursando) / ² Prof^a Ma. Josiane Fernandes Lozigia Carrapato Doutoranda em Saúde Coletiva pela UNESP, docente do Curso de Serviço Social

DESAPROPRIAÇÃO CONFISCATÓRIA

Ellen Cris Moura Ferreira¹

Raissa Rodrigues Meirelles²

Prof. Me. Rodrigo Pieroni Fernandes³

Resumo: Este trabalho procurou conceituar uma das formas mais gravosas de intervenção do Estado na propriedade privada, qual seja, a desapropriação na sua forma sancionatória. Ademais, verifica-se nele também o conceito dos principais princípios base do direito administrativo, haja vista que são de extrema importância para o mesmo. No decorrer do trabalho demonstramos as principais mudanças da desapropriação confiscatória com a Emenda Constitucional nº 81 de 05.06.2014, e também as principais diferenças dessa modalidade em relação às demais modalidades expropriatórias. Inclui-se, ainda, pontos relevantes de discussão como à extensão da área a ser desapropriada e a incidência da culpa in vigilando sobre o proprietário; como são realizados os procedimentos administrativo e judicial, desde a propositura da ação até a prolação de sentença, com finalmente a transferência do imóvel para o Poder Público.

Palavras-chave: Intervenção. Desapropriação. Confiscatória. Direito. Administrativo. Propriedade privada. Emenda Constitucional. Decreto. Convenção de Viena. Constituição Federal. Decreto. Lei. Emenda. Princípios. Legalidade. Impessoalidade. Moralidade. Publicidade. Supremacia do Interesse Público. Procedimento. Judicial.

¹ Ellen Cris Moura Ferreira, ² Raissa Rodrigues Meirelles alunas do Curso de Direito / ³Prof. Me. Rodrigo Pieroni Fernandes do Curso de Direito, orientador

DESENVOLVIMENTO DE EXPLOITS

Nara Barros da Cruz Silva¹

Prof. Luiz Otávio Camaliente²

Resumo: Este trabalho procurou explicar e demonstrar de forma prática como funcionam os ataques a sistemas, os exploits, como é realizado o trabalho dos pentesters e como são feitos os pentests, quando e como ocorrem os bufferoverflows, códigos que demonstrem os processos e fatos reais comprovantes da gravidade das vulnerabilidades dos sistemas.

Palavras-chave: Exploit, bufferoverflow, pentest, malware.

¹ Nara Barros da Cruz Silva, aluna do Curso de Sistemas de Informação / ² Prof. Luiz Otávio Camaliente do Curso de Sistemas de Informação, orientador

DIÁLOGO DAS FONTES: A NECESSÁRIA CONVERSA ENTRE O NCPC E A LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS

*Yasmim Silva de Almeida¹
Prof. Dr. Cláudio José Amaral Bahia²*

Resumo: O Código de Processo Civil, recentemente, passou por uma evolução. O antigo código dado pela Lei 5.869/73 foi revogado e transformado Lei 13.105/2015. O CPC 73, mostrava-se defasado em relação a Constituição Federal e 88. O artigo versa sobre a aplicação do Código de Processo Civil de forma subsidiária a Lei dos Juizados Especiais. Porquanto esta tem por principal objetivo o acesso à justiça e à satisfação das partes de forma célere, aquele tem a finalidade de instituir regras pelas quais serão aplicáveis aos casos de maior complexidade, respeitando um trâmite mais burocrático para garantir a segurança jurídica. A teoria do diálogo das fontes embasa-se no fato de realizar a interpretação de duas ou mais leis de forma unitária, sendo assim, a análise desses dois importantes institutos no mundo jurídico faz-se necessário, de forma a buscar a correta observância e aplicação de seus dispositivos e ainda, visando uma uniformização no sistema processual brasileiro. O presente trabalho, propõe apresentar a possibilidade de aplicação da Teoria do Diálogo das Fontes em relação às Leis 9.099/95 e 13.105/2015, por meio da exploração das inovações do NCPC em conjunto com os princípios e enunciados dos Juizados.

Palavras-chave: Novo Código de Processo Civil. Juizados Especiais. Diálogo das Fontes. Aplicação subsidiária.

¹ *Yasmim Silva de Almeida, aluna do 3º ano do Curso de Direito /* ² *Prof. Dr. Cláudio José Amaral Bahia do Curso de Direito, orientador*

DIREITO E ÉTICA: UMA ABORDAGEM AMPLA SOBRE O PAPEL DO DIREITO QUANDO EM CONTATO COM A ÉTICA NA MODERNIDADE LÍQUIDA.

*Iago de Souza Marconi¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²*

Resumo: O presente trabalho visa analisar a função do Direito e da Ética na sociedade tendo como base a modernidade líquida de Bauman. O método utilizado foi uma abordagem usando de elementos históricos e sociais para demonstrar a evolução axiológica e sua influência no Direito. A corrupção surge como um atentado à Ética e aos princípios do Direito que, no séc. XXI parecem pouco observados. No âmbito Administrativo e Constitucional, a corrupção é vista como indesejável conduta social pelas normas éticas e morais. A conclusão é apresentada como, a partir da análise, uma constatação da função do Direito hoje e uma breve proposta para melhoria social.

Palavras-chave: Direito. Ética. Modernidade líquida. Corrupção. Abordagem histórica.

¹ *Iago de Souza Marconi aluno do 1º ano do Curso de Direito /* ² *Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito, orientador*

DIREITO PENAL DO INIMIGO E SEUS CARACTERES IMPLÍCITOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

*Isabela Bolini de Almeida; Mateus Canela do Nascimento¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: O artigo tem por objetivo demonstrar como determinados aspectos da teoria do alemão Günther Jakobs se fazem presentes, cada vez mais, no ordenamento jurídico brasileiro, relacionando tal crescente, principalmente, à violência existente na sociedade. Existem pontos principais que serão trabalhados por conterem maior afinidade com a teoria: a Lei de Crimes Hediondos e a Execução Penal, que guardam em seu interior inúmeros quesitos da teoria, os quais serão trabalhados e explicitados ao longo da dissertação.

Palavras-chave: Direito Penal do Inimigo. Legislação brasileira. Violência.

¹ *Isabela Bolini de Almeida; Mateus C. do Nascimento alunos do Curso de Direito /* ³ *Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito, orientador*

DOS CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO DANO MORAL

Guilherme Fernando Chiarato¹

Julia Biancão Rodrigues²

Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira³

Resumo: O objetivo do trabalho foi discutir um tema que, embora muito debatido, ainda se encontra longe da pacificação: os danos morais. Não obstante, delimitamos, em apartada síntese, definições normativas, doutrinárias e jurisprudenciais. Considerando tal discussão, tecemos uma linha de raciocínio para melhor compreensão, buscando sempre elucidar com questionamentos e doutrinas que alicerçam este instituto. Por fim, tornou-se necessário entender que dissabores estão ou não protegidos pelo manto do direito, sobretudo pelo instituto do dano moral.

Palavras-chaves: Danos Morais. Indenização. Critérios de fixação. Honra Subjetiva.

¹ Guilherme Fernando Chiarato, ²Julia Biancão Rodrigues alunos do 3º ano do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. José Claudio Domingues Moreira do Curso de Direito, orientador

DOS INCIDENTES DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA E RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS COMO INSTRUMENTOS DECORRENTES DOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA ISONOMIA

Felipe Correia¹

Prof. Me. Bento Barbosa Cintra Neto²

Resumos: Os Incidentes de Assunção de Competência e Resolução de Demandas Repetitivas são os temas centrais do artigo em testilha, o qual aborda o cenário atual destes mecanismos, bem como o tratamento dado pelo Novo Código de Processo Civil a cada um deles. Os pressupostos, requisitos, objetivos, legitimados para requererem a instauração, procedimentos e efeitos das decisões são igualmente retratados, dada a destacável importância dos incidentes no contexto atual, pois são os mecanismos utilizados pelos tribunais para a fixação de teses jurídicas vinculantes aos demais processos suspensos ou aos que possam vir a ser instaurados, desde que tratem da mesma controvérsia jurídica. Ademais, o artigo retrata a admissão do primeiro Incidente de Assunção de Competência perante o Superior Tribunal de Justiça e do deferimento do primeiro pedido de suspensão de processos em curso, pelo mesmo Tribunal Superior, após a instauração de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Aliás, os aludidos mecanismos proporcionam a observância aos Princípios da Segurança Jurídica e da Isonomia a partir do instante em que as teses jurídicas vinculantes são aplicadas aos demais casos idênticos, fato este igualmente abordado no artigo.

Palavras-chave: Incidentes. Teses vinculantes. Segurança jurídica. Isonomia.

¹ Felipe Correia, advogado, pós-graduando em Direito Processual Civil e Direito Civil / ² Prof. Me. Bento Barbosa Cintra Neto do Curso de Direito, orientador

EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL

*Regina Celia de Souza Beretta¹
Ana Maria da Paz²*

Resumo: O presente trabalho realiza breve reflexão sobre os aspectos sócios históricos da educação no Brasil, lembrando as principais lutas a favor de uma educação de qualidade, gratuita e pública. Por um lado, foram discutidos aspectos da sua evolução que resultaram em leis e normativas como a Constituição Federal, o ECA e a LDB, e de outro foi apresentado a prevalência das dificuldades da população, educada para suprir as necessidades de mercado. Partiu-se do conceito de educação apresentado por Freire

(1987), a relação entre oprimidos e opressores, demonstrando os atuais indicadores sociais que reiteram a exclusão social, por conta do analfabetismo, poucos anos de estudo, evasão escolar, dificuldades de acesso da mulher, crianças e adolescentes, entre outros. O texto ainda discute a contribuição do serviço social como profissão inserida em novos espaços ocupacionais, na luta por direitos sociais, que trabalha na perspectiva de uma educação crítica e libertadora em uma nova ordem societária.

Palavras Chaves: Educação e Serviço Social, inclusão social.

¹ Regina Celia de Souza Beretta Mestrado e doutorado em Serviço Social pela UNESP / ² Ana Maria da Paz Assistente Social pelo Instituto Municipal de Ensino Superior Vítório Cardassi

EFEITO VINCULANTE E A ATUAÇÃO DO LEGISLADOR

*Felipe Faria de Castro¹
Prof^a Dra. Eliana Franco Neme²*

Resumo: O presente artigo aborda a questão do efeito vinculante presente nas súmulas vinculantes e nas decisões dos tribunais, juntamente com a atuação do Poder Legislativo. Este efeito possui uma relação diversa e importante com o legislador, sendo que sua observância, atentando-se ao ordenamento jurídico contemporâneo, se fazem de extrema relevância. O objetivo do presente é, além de melhor elucidar a respeito do efeito vinculante e do legislativo, estimular novas ideias e debates sobre a vinculação do Poder Público como um todo, especialmente pela importância da relação entre o Poder Judiciário e a sociedade, e o envolvimento da segurança jurídica.

Palavras-chave: Efeito vinculante. Poder Legislativo. Segurança jurídica.

¹ Felipe Faria de Castro, aluno do Curso de Especialização Lato Sensu LLM em Direito Civil e Processual Civil / ² Prof^a Dra. Eliana Franco Neme, orientadora

EMANCIPAÇÃO SOCIAL: CAMINHOS PARA A FUNCIONALIDADE DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Fernanda dos Santos Varandas¹

Resumo: O presente artigo trata sobre o conceito de emancipação tendo como ponto de partida a funcionalidade da rede socioassistencial, com o objetivo de demonstrar a importância da efetiva participação e consciência crítica para o estabelecimento de estratégias ao trabalho em rede, o que envolve tanto organizações governamentais como não governamentais. Este estudo parte da construção do conceito de emancipação por meio de categorias teóricas e da discussão sobre o conceito de rede socioassistencial. Os resultados contribuem para a construção de um efetivo trabalho em rede a partir de um maior esclarecimento da categoria teórica emancipação.

Palavras chave: Emancipação. Rede socioassistencial. Consciência Crítica. Participação.

¹ Fernanda dos Santos Varandas, Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela UNESP, docente do Curso de Serviço Social do Centro Universitário de Bauru – ITE

EMPRESA E TERCEIRO SETOR: CONSTRUINDO LAÇOS SOCIAIS ATRAVÉS DO USO DE LEI DE INCENTIVO FISCAL

*Maisa Cardial Pelissoli¹
Prof^ª. Cassiana Anunciata Caglioni²*

Resumo: as organizações empresariais têm um papel fundamental na sociedade, seja através da geração de emprego, relação ética e transparente com seu público de interesse, além do pagamento de impostos, desenvolvimento das comunidades onde a empresa está inserida, entre outros. Este trabalho partiu do pressuposto de refletir sobre como pode se dar a responsabilidade das organizações empresariais no cenário contemporâneo e sua influência junto ao terceiro setor. Aplicou-se uma pesquisa bibliográfica e de campo, através de uma entrevista semiestruturada com o Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Bauru. Como resultado observa-se que ainda as destinações são baixas em relação ao potencial da cidade, mas que existe um potencial a ser explorado para as empresas que querem beneficiar a comunidade em que está inserida sem dispor de um orçamento elevado para tal. Apresenta-se a o investimento social privado e a lei de incentivo fiscal como campo a ser explorado, e com baixo investimento da organização, além da a empresa atuar positivamente para a diminuição das desigualdades sociais da sua localidade.

Palavras-chave: sustentabilidade empresarial; leis de incentivo fiscal; terceiro setor.

¹ Maisa Cardial Pelissoli, Administradora formada pela Instituição Toledo de Ensino / ² Prof^ª. Cassiana Anunciata Caglioni do Curso de Serviço Social, orientadora

EXTRAFISCALIDADE COMO INSTRUMENTO EFICAZ NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO

*Wallas Richerd Trovelli¹
Wesley da Silva Milani²
Prof. Dr. Ageu Libonati Junior³*

Resumo: Este trabalho almeja realizar a análise da correlação que há entre a função extrafiscal dos tributos com o direito humano à educação. O tributo é conceituado como a prestação pecuniária compulsória, não sancionatória de ato ilícito, instituída em lei e devida ao Estado ou a entidades não estatais de interesse público. A função extrafiscal dos tributos não busca a mera arrecadação de recursos financeiros, mas regular os comportamentos sociais. Os direitos humanos são aqueles inerentes ao ser humano e visam assegurar uma vida mais digna em sociedade. O direito à educação é um direito fundamental. Dessa forma, a presente pesquisa trata acerca da utilização da extrafiscalidade como meio eficiente de se alcançar a materialização do direito humano à educação.

Palavras-chave: Extrafiscalidade. Direitos humanos. Tributação. Estado.

¹ Wallas Richerd Trovelli, ² Wesley da Silva Milani alunos do 4º ano do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Ageu Libonati Junior do Curso de Direito, orientador

FATORES ASSOCIADOS À NÃO ADESÃO DOS USUÁRIOS DE IMPLANTE COCLEAR AO PROCESSO DE REABILITAÇÃO: UMA INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.

Talita Fernanda Stabile Fernandes¹
Elaine Cristina Rodrigues²
Kátia de Freitas Alvarenga³

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo analisar os fatores associados à não adesão dos usuários de implante coclear ao processo de reabilitação. Para isso, buscou caracterizar o perfil socioeconômico e cultural dos usuários de implante coclear em absenteísmo ou abandono de tratamento; identificar as expressões da questão social que influenciam a não adesão dos usuários ao implante coclear; e constatar os recursos comunitários de apoio ao processo de reabilitação. Este estudo foi realizado no Centro de Pesquisas Audiológicas (CPA) do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC) da Universidade de São Paulo (USP), na cidade de Bauru/SP. A pesquisa foi censitária com um universo constituído por 30 pacientes matriculados no CPA/HRAC, usuários de implante coclear, brasileiros, de ambos os sexos, em distintas faixas etárias e em situação de abandono de tratamento durante o período de Janeiro de 2012 à Abril de 2015, sendo: 24 faltosos dos atendimentos e 6 desistentes, submetidos à cirurgia de retirada do dispositivo interno do implante coclear. Trata-se de um estudo retrospectivo e documental, baseado em coleta de dados por fonte secundária. Para isso foram analisados os registros do Serviço Social nos prontuários dos pacientes, incluindo o instrumental de estudo socioeconômico (Graciano e Lehfeld, 2010) e também os arquivos do Serviço Social - CPA referente ao controle de faltas no período determinado pelo estudo. A apresentação dos resultados se deu por meio de tabulação e à análise dos dados foi descritiva e contou com o apoio dos referenciais teóricos reportando-se aos objetivos da pesquisa. Este estudo permitiu uma análise dos aspectos sociais associadas à não adesão dos usuários de implante coclear ao processo de reabilitação

Palavras-chave: Implante Coclear. Recusa do Paciente ao Tratamento. Serviço Social.

¹ Talita Fernanda Stabile Fernandes Mestre em Ciências da Reabilitação pela USP-SP, ² Elaine Cristina Rodrigues Aprimoramento Profissional em Saúde Pública pela UNESP, ³ Kátia de Freitas Alvarenga Pós doutora em avaliação audiológica infantil pela University of Manchester, Manchester, Inglaterra (1999) e em Eletrofisiologia pela University of Michigan, Ann Arbor, Estados Unidos (2000)

FEMINICÍDIO: A EFETIVAÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL ESTÁ EM DISCRIMINAR?

Letícia Cristina de Oliveira Emygdio¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²

Resumo: O alvo desta dissertação retrata o princípio constitucional da isonomia frente a sociedade atual e as relações que envolvem o direito penal quanto a determinações que direcionam institutos legislativos em proporções constitucionais. Traz à baila a influência que manifestações sociais têm exercido sobre o direito e como isso se dá em meio a objetividade legislativa.

Palavras-chaves: Vida. Isonomia. Desigualdade.

¹ Letícia Cristina de Oliveira Emygdio, aluna do Curso de Direito / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito, orientador

FRAUDES CORPORATIVAS: UM ESTUDO SOBRE OCORRÊNCIAS EM BAURU E REGIÃO

*Amanda Lopes Andrade*¹

*Marcelo Bottura Raulli*²

*Prof. Me. José Munhoz Fernandes*³

Resumo: Este trabalho de pesquisa desenvolveu o tema fraudes corporativas. Num primeiro momento, por meio de uma breve análise dos resultados de duas recentes pesquisas sobre o tema: a desenvolvida pela KPMG em nível global, que investigou o perfil de 750 fraudadores e a outra pela ICTS no Brasil, que pesquisou 92 fraudadores. Num segundo momento, optamos por conhecer esta realidade em nossa região. Para tanto, utilizando-se de abordagem qualitativa, a presente pesquisa, classificada como descritiva e do tipo levantamento, abordou 45 empresas de Bauru e micro região num raio aproximado de 50 km para identificar as ocorrências destes fatos e seus reflexos. Os resultados demonstram que esse problema é insignificante na região pesquisada, pois apenas uma empresa afirmou ter sofrido fraude nesse período. Entretanto, outras informações dos respondentes indicam que as empresas pesquisadas não toleram este fato, pois a grande maioria não contrataria um candidato com o perfil adequado para o cargo que tivesse o histórico de fraudador e também não dariam uma segunda chance para um funcionário que praticasse este ato, demitindo-o.

Palavras-chave: Gestão de pessoas. Fraudes corporativas. Ética. Compliance.

¹ *Amanda Lopes Andrade*, ² *Marcelo Bottura Raulli*, alunos do 3º ano do Curso de Administração / ³ *Prof. Me. José Munhoz Fernandes* do Curso de Administração, orientador

HEDIONDEZ PARA OS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Pablo Chacon*¹

*Prof. José Fernando do Amaral Junior*²

Resumo: Neste artigo proponho uma inovação ao sistema jurídico brasileiro acrescentando no rol das infrações hediondas aqueles crimes praticados contra Administração Pública, uma vez que com a prática destas infrações penais atentamos severamente contra os objetivos constitucionais, além de trazer como consequência o distanciamento aos objetivos traçados em nossa Carta Magna. Deste modo, buscamos com a pesquisa apontar fatos históricos que explicitam que a corrupção não é ato exclusivo do século XXI, tampouco, do Estado brasileiro. Além disso, apontamos a generalização dos crimes contra a Administração Pública pelas mídias sociais como um único crime, qual seja corrupção. Deste feito, o artigo buscou esclarecer as peculiaridades de cada crime praticado contra a Administração Pública, além de apontar a necessidade que temos em elencar tais delitos no rol dos crimes hediondos, do mesmo modo que devemos utilizar da chamada *Broken Windows Theory* (teoria das janelas quebradas) para termos uma maior efetividade na punição de tais crimes. Por fim, concluímos com o lançamento de alguns dados estatísticos a necessidade que temos em punir severamente tais crimes em virtude de sua nocividade ao bem comum e as garantias buscadas por um Estado Social Democrático de Direito.

Palavras-chave: Infrações Hediondas; Administração Pública; Teoria das Janelas Quebradas.

¹ *Pablo Chacon*, aluno do Curso de Direito / ² *Prof. José Fernando do Amaral Junior* do Curso de Direito, orientador

HOLDING PATRIMONIAL FAMILIAR E OS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS

*Ricardo Ayres e Silva Pereira¹
Prof. Me. Marcos Vinicius Bilancieri²*

Resumo: A utilização da sociedade holding tem como objetivo o planejamento tributário e sucessório, e a proteção patrimonial para as empresas familiares. Demonstra-se que pela constituição de uma holding obtemos um excelente planejamento tributário reduzindo os custos tributários. A utilização da sociedade holding, com base no regime de tributação do lucro presumido, é uma ferramenta para a redução do custo tributária através do planejamento tributário, contribuindo para uma melhor gestão financeira e também para a continuidade e a solidez das atividades da empresa.

Palavras-chave: Holding. Planejamento Tributário. Regime Tributário.

¹Ricardo Ayres e S. Pereira, aluno do 4º ano do Curso de Ciências Contábeis/ ²Prof. Me. Marcos V. Bilancieri do Curso de Ciências Contábeis, orientador

IMIGRANTES BOLIVIANOS E O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

*Guilherme Belmonte Mazin¹
Jhéssica Bueno da Silva Cantaluppi²
Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho³*

Resumo: O presente artigo objetivou fazer uma pequena análise quanto a realidade do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, perpassando pelos princípios e garantias constitucionais referentes à dignidade humana bem como a ideia de trabalho como direito fundamental e as medidas existentes para impedi-lo. Justifica o presente trabalho demonstrar a importância da pesquisa e discussão acerca do tema, de forma que haja efetividade dos direitos garantidos e maior preocupação quanto ao acolhimento e proteção dos imigrantes bolivianos. A metodologia foi baseada na pesquisa bibliográfica e também na análise de dados, demonstrando que não basta a produção legislativa tampouco a simples fiscalização para impedir que a submissão de imigrantes a condições sub-humanas e degradantes. O trabalho escravo é uma realidade, precisa ser discutido para que enfim deixe de ser presente.

Palavras-chave: Trabalho escravo contemporâneo Trabalho decente; Imigrantes bolivianos.

¹ Guilherme Belmonte Mazini, ² Jhéssica Bueno da Silva Cantaluppi alunos do 3º ano do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho do Curso de Direito, orientador

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS E DIREITOS HUMANOS

*Elisa Ribeiro dos Santos Silva¹
Marcela Ferrari Teixeira²
Prof. Dr. Ageu Libonati Júnior³*

Resumo: O trabalho trata acerca da imunidade tributária voltada aos templos de qualquer culto que está ligado com a liberdade religiosa, visto como um desdobramento do princípio da dignidade da pessoa humana. Aproveitamos o ensejo para discutir o alcance de tal imunidade e sua relevância no mundo atual.

Palavras chave: Liberdade Religiosa. Dignidade da Pessoa Humana. Imunidade dos Templos de Qualquer Culto.

¹ Elisa Ribeiro dos Santos Silva, ² Marcela Ferrari Teixeira alunas do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Sgeu Libonati Júnior do Curso de Direito, orientador

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL MAIS PRESENTE DO QUE SE IMAGINA

*Willian Rodrigues de Lima Barbosa¹
Prof. Caio Rodrigo Paulucci²*

Resumo: Este trabalho procurou mostrar de forma objetiva o que é, como funciona e como a Inteligência Artificial (IA) está mais presente do que nunca em nosso cotidiano. Além de exibir modelos, novos recursos e máquinas criadas utilizando a IA, todos podemos utilizar IA sem ao menos notar, através disso também é possível notar que as novas gerações já estão acostumadas a ela, e mesmo as gerações anteriores estão se adaptando com certa facilidade e a tratam como bem vista, não temendo e muito menos questionando a IA, simplesmente a usam e colaboram para seu aprendizado e sua evolução, tal essa que, baseia-se basicamente em volume de dados que são enviados a todo momento e que sozinhas analisam, processam e chegam a conclusões simples ou complexas em questão de segundos ou minutos, coisa que um ser humano demoraria horas ou dias, além disso, elas são capazes de identificar comportamentos e aprender com eles, respondendo de forma específica de acordo com cada comportamento, ou seja, é possível dizer que temos algumas “máquinas” interagindo conosco.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. IA. IA no cotidiano. Aprendizado de máquina. Identificação Comportamentais.

¹ Willian Rodrigues de Lima Barbosa, aluno do 4º ano do Curso de Sistemas de Informação / ² Prof. Caio Rodrigo Paulucci do Curso de Sistemas de Informação, orientador

INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA PARA DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: FORMA DE TRATAMENTO, PROTEÇÃO OU EXCLUSÃO?

Ludmila Gabriel¹

Resumo: Uma das formas de tratamento para dependentes de substâncias psicoativas é a internação compulsória, o que conota obrigatoriedade. Esta condição fere um aspecto primordial para tratamento, a voluntariedade, que facilita um bom prognóstico. Sob a ótica desta contradição, foi realizada a presente pesquisa, com o objetivo de evidenciar os impactos da internação compulsória no dependente de substâncias psicoativas e seus familiares. Após realizada pesquisa bibliográfica e de campo sobre esta temática, pode-se concluir que em casos específicos, deve-se conceder este tipo de cuidado mesmo que involuntariamente. Porém, que a internação seja concedida pelo juiz somente se este for subsidiado por parecer técnico de uma equipe multidisciplinar especializada que faça o acompanhamento da evolução do caso, por tempo determinado e claramente justificado.

Palavras-chave: dependência; drogas; internação compulsória.

¹Ludmila Gabriel, Assistente Social graduada pela ITE Buaru, Pós-graduanda em Dependência Química pela UNIFESP

INTERVENÇÃO FAMILIAR TARDIA EM UM CONTEXTO DE USO DE SPA: O SERVIÇO SOCIAL E A INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA EM UM MUNICÍPIO DE GRANDE PORTE

*Juliane Aparecida Rocia Lobregat¹
Mônica Gonçalves Dyonisio²*

Resumo: O presente estudo buscou esclarecer a procura pela internação compulsória em um contexto de uso de SPA por famílias vulneráveis. O trabalho está consolidado em uma pesquisa realizada mediante abordagem quanti-qualitativa. Os dados foram coletados no desenvolvimento da prática profissional, mediante a utilização de um formulário estruturado para dados quantitativos que foram preenchidos baseados em prontuários, sendo fundamentados pelos relatos e observações. Os sujeitos da pesquisa foram assistidos que buscaram pela internação compulsória na Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Regional Bauru. Ao analisar os dados, buscou-se identificar o motivo de buscarem a internação compulsória para a recuperação de familiares que vivem em contextos sociais de uso de SPA em uma perspectiva sociojurídica; compreender o papel familiar e sua funcionalidade na vida de adultos em situação de uso de SPA; determinar a função/competência do profissional de Serviço Social na intervenção junto às famílias que procuram a internação compulsória.

Palavras-Chave: Internação Compulsória; Família; Serviço Social.

¹ *Juliane Aparecida Rocia Lobregat Pós-graduada em Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais pela Instituição Toledo de Ensino, ² Mônica Gonçalves Dyonisio Graduada em Serviço Social pela Faculdade Anhanguera Educacional de Bauru. Atuou como assistente social legião feminina Bauru/Educadora social na mesma instituição*

LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA

*Gabriel Manço Nunes¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Álvares¹*

Resumo: A legítima defesa da honra é em muitos casos fundamental para que seja garantido imediatamente o direito à honra, que é essencial para que o ser humano consiga manter sua dignidade, pois não é possível que as pessoas estejam sobre a tutela do Estado em todos os momentos e uma ofensa injusta a honra pode afetar, de modo irreversível perante a sociedade, a dignidade da pessoa humana, contudo é necessário analisarmos os limites que são impostos para que uma pessoa possa agir em defesa da sua honra, já que caso haja excesso no modo em que a pessoa utilizou para praticar a legítima defesa ela poderá responder criminalmente pelo excesso que poderá ser classificado como doloso ou culposos, assim veremos também a importância das limitações para a legítima defesa como uma garantia para que este instrumento de exclusão da ilicitude não seja utilizado como alegação para justificar uma vingança.

Palavras-chave: Legítima defesa. Honra. Excludente da ilicitude.

¹ *Gabriel Manço Nunes, aluno do Curso de Direito / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Álvares do Curso de Direito, orientador*

LIDERANÇA E MÉTODOS MOTIVACIONAIS NO AMBIENTE EMPRESARIAL

*Christopher C. Marçal Bueno¹
Profª. Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins²*

Resumo: A definição de liderança e a importância dos métodos motivacionais no ambiente corporativo das empresas é algo que deve ser analisado no mercado atual. As organizações deslocam seus interesses e recursos para as diversas áreas da empresa visando o crescimento no setor em que atuam, porém muitas delas não percebem ou dão a verdadeira importância para a comunicação entre líderes e colaboradores bem como para os métodos motivacionais que podem ser implantados em seus ambientes. Discutir a comunicação de liderança e ações que projetam métodos motivacionais no ambiente corporativo é a busca dessa pesquisa que se instaurará a partir de pesquisa bibliográfica e de artigos publicados.

Palavras-chave: Liderança. Empresas. Ambiente. Motivação.

¹ *Christopher C. Marçal Bueno, aluno do 1º ano do Curso de Administração / ² Profª Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins do Curso de Administração*

LINGUAGEM CORPORAL NA POSTURA PROFISSIONAL

Caroline Galiza dos Santos¹

Prof^a Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins²

Resumo: A linguagem corporal para os gestores e administradores é uma ferramenta que possibilita um verdadeiro contato com os colaboradores. A partir dela e da leitura corporal que o gestor estuda um contato mais apropriado com a equipe. Ele analisa possíveis erros e busca melhorar suas atitudes para alcançar um desempenho total do grupo. A discussão sobre a importância do não verbal no contexto administrativo será efetivo, num primeiro momento, a partir de levantamento bibliográfico. Observa-se a importância do tema que faz um gestor ser eficiente e eficaz.

Palavras-chave: Humildade. Estimulador. Postura. Diferença.

¹ Caroline Galiza dos Santos, aluna do Curso de Administração / ² Prof^a Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins do Curso de Administração, orientadora

LOGÍSTICA REVERSA E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS EMPRESAS

Giulia Marqui de Souza¹

Prof. Me. Paulo Sérgio Rosalin Moreno²

Resumo: Este trabalho busca demonstrar a importância da Logística Reversa para as empresas e a sociedade, seja através de seus conceitos ou de sua aplicabilidade, gerando boas práticas e buscando eliminar todos os déficits relacionados ao retorno consciente do produto. A aplicação da Logística Reversa depende de vários aspectos e, seja qual for este aspecto, a responsabilidade estará a cargo da sociedade, das organizações e dos órgãos públicos que deverão trabalhar em conjunto em prol da sustentabilidade.

Palavras-chave: Logística Reversa, Sustentabilidade e Organizações.

¹ Giulia Marqui de Souza, aluna do 2º ano do Curso de Administração / ² Prof. Me. Paulo Sérgio Rosalin Moreno do Curso de Administração, orientador

MARKETING DIGITAL: ESTRATÉGIAS PARA O COMÉRCIO ELETRÔNICO

Graziele Aparecida de Godoy Justina¹

Prof. Dr. José Ricardo Scareli Carrijo²

Resumo: Na atualidade, são inúmeras as empresas que comercializam seus produtos e serviços ou divulgam suas marcas através da internet. Neste artigo, abordaremos as estratégias de marketing digital que podem auxiliar na difusão da empresa no comércio eletrônico. O marketing digital é composto por estratégias voltadas para os meios digitais, como internet e *mobile*. Já o comércio eletrônico é a comercialização no meio eletrônico de produtos e serviços. Tanto o marketing digital, como o comércio eletrônico podem auxiliar no aumento das vendas de uma empresa através de estratégias que visem a divulgação de seus produtos, razão pela qual justifica-se a discussão deste tema. A proposta é identificar sob a visão de alguns autores através de uma revisão literária, aspectos importantes relacionados ao marketing digital e suas estratégias neste contexto. Em termos de classificação, esta pesquisa é de abordagem qualitativa, se classificando quanto aos objetivos como exploratória e em relação aos procedimentos para a coleta de dados, como revisão literária.

Palavras-chave: Marketing digital. Comércio eletrônico. Estratégias.

¹ Grazielle Aparecida de Godoy Justina, aluna do 4º ano do Curso de Administração / ² Prof. Dr. José Ricardo Scareli Carrijo do Curso de Administração, orientador

MEDIDAS PROTETIVAS E O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS PELA FAMÍLIA DE ORIGEM: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES FAMILIARES FRAGILIZADAS EM UM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE BAURU.

*Juliane Aparecida Rocia Lobregat¹
Marly Aparecida Álvares Falsetti²*

Resumo: Trata-se de um estudo no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, junto às famílias que tiveram filhos acolhidos em decorrência do uso de substâncias psicoativas. O Serviço oferece proteção física, psicológica e emocional através de um ambiente familiar para as crianças e adolescentes afastados de suas famílias, embasado no uso das medidas protetivas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em função de abandono ou cujas famílias estejam impossibilitadas de cumprir sua função de cuidado e proteção mediante situação de risco pessoal e social. A pesquisa traça o perfil de quinze famílias, trazendo uma análise das relações e conflitos sociofamiliares e os motivos mais relevantes que levaram ao acolhimento de seus filhos. Traz uma reflexão sobre a importância do acolhimento familiar como um ambiente adequado para oferecer proteção física, psicológica e emocional, através de carinho, afeto e orientação, respeitando a individualidade e história de vida, tendo seus direitos efetivados.

Palavras chave: Família Acolhedora. Família de Origem. Proteção. Substâncias Psicoativas.

¹ Juliane Aparecida Rocia Labregat Pós-graduada em Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais, ² Marly Aparecida Álvares Falsetti Pós-graduada em Serviço Social em Gestão de Projetos Sociais

METODOLOGIA ATIVA E SERVIÇO SOCIAL.

*Bruna Rossini Lara¹ Lucas Henrique de Oliveira¹
Mônica Rossini Lara²
Prof^a Ma. Salete Aparecida Rossini Lara³*

Resumo: A metodologia ativa é uma concepção que coloca os estudantes da graduação como principais agentes de seu aprendizado, estimula a crítica e reflexão de cada aluno. São incentivados pelo professor em sala de aula. O grande objetivo da metodologia ativa é o aperfeiçoamento da autonomia de cada aluno, para que este se desenvolva como um todo, fazendo com que futuramente ele seja capaz de compreender aspectos cognitivos, socioeconômicos, afetivos, políticos e culturais (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA). Sendo assim, é possível trazer a metodologia ativa para os usuários de Serviço Social, lhes devolvendo a autonomia e compreensão sob um todo. Além de que é possível através do pensamento crítico e reflexivo melhorar seu conhecimento.

Palavras-chave: Metodologia ativa, Serviço Social, Usuários.

¹ Bruna Rossini Lara; Lucas Henrique de Oliveira, alunos do Curso de Biomedicina na FIB, ² Mônica Rossini Lara Assistente Social / ³ Prof^a. Ma. Salete Aparecida Rossini Lara Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas, orientadora

MODA A QUALQUER CUSTO: CONSUMO DESENFREADO COM A EXPLORAÇÃO DA MISÉRIA

*Thiago Rodrigues Artulino¹
Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares²*

Resumo: Este trabalho procurou abordar os principais aspectos do crime de tráfico de pessoas que de diversas formas desrespeitam os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana. Informações para conhecimento e reflexão quanto à gravidade desse crime e quanto à vulnerabilidade das vítimas, para que possa de alguma forma, contribuir para sua prevenção. Embora atinja vários setores econômicos o enfoque é no Mundo da Moda visto sempre ligado ao luxo e à beleza, mas esconde uma realidade nada glamorosa em seus bastidores: tráfico de pessoas para trabalho análogo à de escravo na confecção de suas roupas.

Palavras-chave: Tráfico de pessoas. Trabalho análogo à de escravo. Mundo da moda.

¹ Thiago Rodrigues Artulino, aluno do 5º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. Silvio Carlos Alvares do Curso de Direito, orientador

O CARÁTER SUBSIDIÁRIO DA REVISTA PESSOAL E A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL

*Gilson da Costa Paiva¹
Lucas Adolfo da Cruz Corrêa²
Prof. Me. Alceu Luiz Carreira³*

Resumo: A revista pessoal utilizada como meio de fiscalização do patrimônio do empregador é uma prática usual na atividade empresarial. Contudo, inexistente regulamentação legal sobre a forma ou mecanismos adequados para sua implementação, o que tem gerado inúmeras reclamações trabalhistas em razão de abusos no método ou forma de utilizá-la, ferindo a intimidade e vida privada do obreiro. Nesse contexto, o presente artigo pretende analisar as consequências do emprego indevido da revista pessoal e a necessidade de reconhecer-se o caráter subsidiário deste método. Também far-se-á o estudo acerca da valorização do adequado meio ambiente de trabalho; da necessidade de reconhecimento da boa-fé do obreiro na relação de emprego e dos meios alternativos à revista pessoal. Ao final, procura-se analisar os ditames legais, bem como o entendimento doutrinário e jurisprudencial relativos à caracterização do dano moral e a sua forma de valoração. Para isso, igualmente, são estudados os dispositivos da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a chamada “Reforma Trabalhista”, que modificou e acrescentou diferentes dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.

Palavras-chave: revista pessoal; dano moral; caráter subsidiário; poder diretivo.

¹ Gilson da Costa Paiva, ² Lucas Adolfo da Cruz Corrêa alunos do Curso de Direito / ³ Prof. Me. Alceu Luiz Carreira do Curso de Direito, orientador

O DIREITO INDÍGENA À TERRA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA TERRA INDÍGENA DE ARARIBÁ

*Sofia Mello Magnoni¹
Prof. Me. José Luiz Antiga Júnior²*

Resumo: Historicamente, os povos indígenas têm suas terras invadidas e usurpadas das mais diversas formas, tendo entre as causas dessa história continuada de conflitos as próprias contradições da política indigenista brasileira. A relação entre o direito constitucionalmente estabelecido e a efetivação do direito constituiu a temática central da pesquisa que, na intenção de identificar e discutir a distância entre o legalmente garantido e as políticas de efetivação dos direitos conquistados retomou, a partir do levantamento bibliográfico e da pesquisa documental o histórico dos conflitos fundiários envolvendo os povos indígenas desde o processo de colonização brasileiro aos atuais confrontos envolvendo os latifundiários do agronegócio, os indígenas e os defensores dos direitos indígenas. A pesquisa voltou-se às tensões resultantes da intersecção entre o conceito jurídico de terra indígena e as contradições e dificuldades vivenciadas nas experiências de gestão territorial dos indígenas, quando a sobrevivência econômica e cultural estão ameaçadas. Ponderou-se também, que em algumas situações, como na Terra Indígena de Araribá, os incentivos, principalmente econômicos por parte do governo federal e dos órgãos responsáveis são mínimos ou inexistentes, ficando o Estado descompromissado das suas responsabilidades diante das populações indígenas, contrariando a própria condição legalmente instituído de “terra indígena”.

Palavras-chave: Direito indígena, terras, Araribá.

¹ Sofia Mello Magnoni, aluna do 1º ano do Curso de Direito / ² Prof. Me. José Luiz Antiga Júnior do Curso de Direito, orientador

O FEDERALISMO COMO FORMA DO ESTADO BRASILEIRO E A INCLUSÃO DOS MUNICÍPIOS NA CONDIÇÃO DE ENTES FEDERADOS

Raphaela Conte¹

Prof. Me. Roberto Mandelli Júnior orientador²

Resumo: O presente artigo científico buscou expor as formas de Estado mais clássicas e, principalmente, enfatizar a apresentação do conceito daquela que se faz presente em nosso país: a forma federativa. Além disso, buscou também trazer as características do federalismo brasileiro e sua novidade excêntrica, qual seja a inclusão dos municípios na condição de entes federados. Portanto, o objetivo central deste trabalho foi analisar a autonomia municipal na Federação Brasileira e encontrar a resposta para a pergunta: os municípios, afinal, são entidades federativas?

Palavras-chave: Federalismo. Entidades Federativas. Autonomia. Municípios.

¹ Raphaela Conte, aluna do 2º ano do Curso de Direito / ² Prof. Me. Roberto Mandelli Júnior do Curso de Direito, orientador

O IMPASSE NA APLICAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA NO ICMS

João Carlos Soares dos Santos¹

Prof. Me. Oswaldo Luiz Soares²

Resumo: O presente estudo buscou, por meio de uma linha histórico evolutiva, com ponto inicial na criação do mecanismo auxiliador na arrecadação tributária, analisar a substituição tributária progressiva do ICMS, examinando os pontos principais, conceituando sua influência positiva e negativa para o mundo tributário. Demonstrando ainda que o instituto sofreu mudanças significativas em sua legislação, interpretação e jurisprudência, para se atualizar no contexto problemático da realidade ao qual foi inserido. No tocante a sua materialidade constitucional, foi colocada em dúvida por parte de doutrinadores renomados, ou até mesmo a eficácia de sua aplicação. O leitor perceberá que o tema esteve e ainda está em constante mudança, pois as relações empresariais são um ente vivo sob influência direta do ser humano. É forte a polêmica que envolve o assunto sobre diversos aspectos. Ilustrando o ponto de vista de cada divergência, marca-se a história da questão com conflitos entre o fisco e o contribuinte, chegando sempre até as últimas instâncias recursais, utilizando das cortes superiores para serem momentaneamente pacificados, até surgirem novas lides. Com uma leitura dinâmica e envolvente, não deixando de citar, quando necessária, a doutrina tributária.

Palavras-chave: Substituição Tributária Progressiva. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

¹ João Carlos Soares dos Santos, aluno do 1º ano do Curso de Direito / ² Prof. Me. Oswaldo Luiz Soares do Curso de Direito, orientador

O IMPOSTO SOBRE A RENDA E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

*Ellen Cris Moura Ferreira¹
Raissa Rodrigues Meirelles²
Prof. Dr. Ageu Libonati Junior³*

Resumo: Este trabalho procurou trazer a conceituação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana em conformidade com o Sistema Tributário vigente no Brasil, em especial com o tributo do Imposto sobre a Renda. Aludido tributo busca arrecadar do contribuinte seus acréscimos patrimoniais e novas riquezas, porquanto esteja resguardado o mínimo existencial para a manutenção de uma vida digna ao indivíduo e sua família. Todavia, o Direito do dever ser encontra-se em descompasso com a realidade brasileira, ignorando completamente muitos aspectos que deveriam ser levados em conta no momento da incidência do tributo e suas respectivas bases de cálculos e alíquotas, sempre em consonância com o princípio da capacidade contributiva do cidadão.

Palavra-chave: Dignidade da pessoa humana. Imposto sobre a Renda. Capacidade contributiva. Mínimo existencial.

¹ Ellen Cris Moura Ferreira, ² Raissa Rodrigues Meirelles alunas do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Ageu Libonati Junior do Curso de Direito, orientador

O MARKETING PESSOAL APLICADO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PESSOAL E PROFISSIONAL

*Gabrielle de Carvalho Hermogenes¹
Prof^ª. Ma. Elis Angela dos Anjos²*

Resumo: Abordando assuntos importantes para a ampliação do Marketing Pessoal, de forma a destacar as competências e habilidades de cada indivíduo, trabalhando para atuarem e se destacarem neste atual mundo competitivo. A partir da leitura e reflexão você saberá o quão é importante trabalhar e ampliar cada dia mais seu Marketing Pessoal, sabendo o seu significado, quais seus pontos fortes e onde pode-se chegar seguindo os tópicos apresentados. Elaborado através de pesquisas bibliográficas em livros, sites e artigos. Aqui, você terá dicas de como se comportar, falar, andar, vestir. Aprendera sobre o que realmente é importante para alavancar seu Marketing Pessoal e descobrirá que ele não é feito do dia para a noite, mas sim construído e moldado dia após dia. Seja bem-vindo neste grande mergulho de conhecimento e ideias rumo ao sucesso.

Palavras-chave: Imagem Pessoal. Crescimento Profissional. Diferencial.

¹ Gabrielle de Carvalho Hermogenes, aluna do 2º ano do Curso de Administração / ² Prof^ª. Ma. Elis Angela dos Anjos do Curso de Administração, orientadora

O MÍNIMO EXISTENCIAL E A TRIBUTAÇÃO

*Bianca Marques Lopes¹
Thalita Messias Cabestré²
Prof. Dr. Ageu Libonati Junior³*

Resumo: Este trabalho analisa como o Estado vem garantindo o mínimo existencial em face da tributação e identifica como vem se esquivando dos seus deveres prestacionais, alegando a reserva do possível. O estudo dos direitos sociais nos leva a verificar a estrutura garantidora do Estado. Sendo que os direitos sociais, em sua grande maioria, são direitos prestacionais, o Poder Público possui dever de subvencionar sua concretização, devendo escolher, por meio de políticas públicas, o modo de efetivá-los. Os direitos sociais são na realidade direitos fundamentais garantidos constitucionalmente, devendo o Estado concretizá-los e, para isso, utiliza da tributação para arrecadar receita. Porém, o exercício desta prestação tem se mostrado preocupante devido a óbices no efetivo cumprimento do dever estatal de garantir o mínimo existencial, utilizando o princípio da reserva do possível, o qual consiste em uma condição de que as pessoas somente podem requisitar do Estado o que razoavelmente dele pode se esperar, como forma de esquivar-se de seu dever prestacional. Com isto, esta pesquisa mostra que o Estado possui receita orçamentária para materializar os direitos sociais, principalmente para tutelar aos contribuintes o mínimo existencial para sua sobrevivência.

Palavras-chave: Mínimo Existencial. Reserva do possível. Tributação. Efetividade dos direitos.

¹ Bianca Marques Lopes, aluna do 4º ano do Curso de Direito / ² Thalita Messias Cabestré, aluna do 4º ano do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Ageu Libonati Junior do Curso de Direito, orientador

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO

*Fernanda Janaina Marques Rossi; Luana da Fonseca Bermejo¹
Profª Ma. Maria Dvanil D' Avila Calobrizi²
Profª Ma. Josiane Fernandes Lozigia Carrapato³*

Resumo: O presente estudo tem por objetivo evidenciar os motivos que levam a violência contra a pessoa idosa não ser reconhecida e denunciada, bem como o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social do SEID. A pesquisa é de nível descritivo e sua tipologia a quali-quantitativa, buscando compreender a concepção dos sujeitos sobre a realidade estudada, bem como, quantificar os dados objetivos relacionados ao perfil dos idosos. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a observação e o formulário, com perguntas abertas e fechadas, aplicadas através de entrevistas, tendo como universo oito unidades distintas, no município de Bauru, que executam o serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, além de duas profissionais responsáveis pelo monitoramento. A amostragem foi do tipo intencional e formada por dois grupos, sendo o da pesquisa qualitativa composto por 50% do universo, perfazendo cinco sujeitos válidos (profissionais) e a pesquisa quantitativa representando 100% do universo dos usuários, totalizando 150 sujeitos. Os resultados apontam que os idosos vítimas de violência não se reconhecem como tal, se fazendo necessário o comprometimento e a capacitação dos profissionais que os atendem.

Palavras chave: Violência Doméstica. Idosos. Serviço Social.

¹ Fernanda Janaina Marques Rossi, Luana da Fonseca Bermejo alunas do Curso de Serviço Social / ² Profª. Ma. Maria Dvanil D' Avila Calobrizi / ³ Profª Ma. Josiane Fernandes Lozigia Carrapato do Curso de Serviço Social

O PODER DE REGULAMENTAÇÃO DO CONAR

*Geovanna dos Santos Martarelli¹
Prof^a Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes²*

Resumo: A criança e o adolescente na condição de pessoas em desenvolvimento possuem legislação específica voltada a Proteção Integral, abordando nesta, o papel da Família, Sociedade e Estado em sua formação. Norteia-se assim, a relação desse segmento com a publicidade. Visando regulamentar o mercado publicitário, foi criado o Código Brasileiro de Regulamentação Publicitária e, por conseguinte, o CONAR. Valendo-se do frágil entendimento do consumidor infantojuvenil, os publicitários utilizam recursos audiovisuais atraentes para incita-los ao consumo. Destarte, a existência do CONAR, bem como legislação e órgãos públicos controlando a publicidade abusiva, limita a indução da má alimentação infantil e o consumismo precoce.

Palavras-chave: Conar. Consumidor Infantojuvenil. Publicidade.

¹ Geovanna dos Santos Martarelli, aluna do 2º ano do Curso de Direito / ² Prof^a. Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes do Curso de Direito, orientadora

O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

*Maria Sampaio Ribeiro¹
Prof. Dr. Ageu Libonati Junior²*

Resumo: Este trabalho visa amoldar o princípio da capacidade contributiva como direito fundamental, por meio do conceito materialmente aberto adotado pela Carta Magna, no que tange aos direitos fundamentais. O princípio da capacidade contributiva é de suma importância, haja vista que obsta a incidência de tributos de valor exorbitante, determinando a observância do limite mínimo, o mínimo vital, e do limite máximo, a vedação ao confisco, a fim de proteger a dignidade da pessoa humana e a propriedade privada, respectivamente. No decorrer do trabalho, abordamos sobre os principais apontamentos acerca do princípio da capacidade contributiva, bem como breves comentários sobre a teoria geral dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Tributos. Carga tributária. Capacidade Contributiva. Igualdade. Direitos fundamentais. Mínimo vital. Confiscatório. Constituição Federal. Contribuinte. Dignidade da pessoa humana. Propriedade privada. Justiça fiscal.

¹ Maria Sampaio Ribeiro, aluna do Curso de Direito / ² Prof. Dr. Ageu Libonati Junior do Curso de Direito, orientador

O SERVIÇO SOCIAL E A SOCIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO USUÁRIO “CASO NOVO” EM UM SERVIÇO DE SAÚDE AUDITIVA.

Camilla Thayana de Melo Salomão¹
Talita Fernanda Stabile Fernandes²
Sonia Tebet Mesquita³
Kátia de Freitas Alvarenga⁴

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo construir um material educativo contendo informações sobre direitos, responsabilidades, recursos de apoio e rotinas institucionais a ser distribuído pelo Serviço Social aos pacientes/famílias “casos novos” de um serviço de saúde auditiva. Foi realizada no Centro de Pesquisas Audiológicas (CPA) do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC) da Universidade de São Paulo (USP). Teve como instrumental a observação sistemática. Trata-se de um estudo qualitativo, documental e baseado nos Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL, 2010), considerando também a socialização de informações e o roteiro da equipe utilizado nas ações coletivas com os pacientes/famílias “casos novos”.

Palavras-chave: Serviço Social; Socialização; Informações.

¹ Camila Thayana de Melo Salomão Residente de Serviço Social em Saúde Auditiva – Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC)-(USP), ² Talita Fernanda Stabile Fernandes Mestre em Ciências da Reabilitação pela USP-SP, ³ Sonia Tebet Mesquita Doutora em Serviço Social pela UNESP, ⁴ Kátia de Freitas Alvarenga Pós doutora em avaliação audiológica infantil pela University of Manchester, Manchester, Inglaterra (1999) e em Eletrofisiologia pela University of Michigan, Ann Arbor, Estados Unidos (2000)

O SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE AUDITIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO SETOR DE IMPLANTE COCLEAR.

Camilla Thayana de Melo Salomão¹
Talita Fernanda Stabile Fernandes²
Kátia de Freitas Alvarenga³

Resumo: O artigo tem como objetivo compartilhar a experiência de implantação do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Auditiva do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais/HRAC da Universidade de São Paulo/USP, no município de Bauru/SP, em especial na unidade do Centro de Pesquisas Audiológicas/CPA no período de março de 2013 a fevereiro de 2015. Inicialmente foi realizado uma revisão bibliográfica acerca do tema no referencial teórico juntamente com a experiência do assistente social residente. Para tanto, utilizou-se revisão de literatura de materiais já produzidos como livros, artigos e legislações. Reflete a inserção do Serviço Social, desafios de ensino e trabalho profissional, educação continuada, a humanização dos atendimentos e a contribuição para a efetivação dos direitos dos indivíduos atendidos.

Palavras-chave: Residência Multiprofissional/Internato não Médico, Serviço Social, Equipe de Assistência ao Paciente, Humanização da Assistência.

¹ Camila Thayana de Melo Salomão Residente de Serviço Social em Saúde Auditiva – Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC)-(USP), ² Talita Fernanda Stabile Fernandes Mestre em Ciências da Reabilitação pela USP-SP, ³ Kátia de Freitas Alvarenga Pós doutora em avaliação audiológica infantil pela University of Manchester, Manchester, Inglaterra (1999) e em Eletrofisiologia pela University of Michigan, Ann Arbor, Estados Unidos (2000)

O SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

*João Vitor Pacífico Maquette¹
Prof. Me. José Luiz Antiga Junior²*

Resumo: A história do constitucionalismo e sua evolução, abordando e explicando sucintamente sua fase liberal, social e contemporânea. Trata também de como se dá a divisão do poder do soberano em um Estado por meio de órgãos e sua representação, além da organicidade da divisão de funções, apresentando ao fim uma crítica ao modelo de tripartição de poderes.

Palavras-chave: Constitucionalismo. Soberania. Divisão de Poderes. Funções típicas e atípicas de poderes. Tripartição de poderes.

¹ João Vitor Pacífico Maquette, aluno do Curso de Direito / ² Prof. Me. José Luiz Antiga Junior do Curso de Direito, orientador

O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: DESAFIOS NA CONTEMPORANIEDADE

*Jusley Torres Assis¹
Leticia Graziela Viega²
Profª. Dra. Fernanda dos Santos Varandas³*

Resumo: O presente estudo pretende identificar os desafios na contemporaneidade do trabalho social com famílias no âmbito da Política Pública de Assistência Social, envolvendo o planejamento e execução das ações do profissional do Serviço Social no SUAS.

Palavras-chave: Trabalho Social com Famílias. Política Pública. Assistência Social. Serviço Social.

¹ Jusley Torres Assis, ² Leticia Graziela Viega alunas do 4º ano do Curso de Serviço Social / ³ Proª. Dra. Fernanda dos Santos Varandas do Curso de Serviço Social, orientadora

OS CRIMES CIBERNÉTICOS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA CYBER CRIME AND BRAZILIAN LEGISLATION

*Laura Secfém Rodrigues¹
Prof. Me. Martinho Otto Gerlack Neto²*

Resumo: O presente estudo aborda como os crimes propagaram-se numa das maiores inovações tecnológicas, a Internet. Assim, esse artigo objetiva estudar e elencar os principais delitos informáticos, conhecidos também como crimes cibernéticos, e a legislação brasileira existente e aplicada. Também foram analisados o Anteprojeto do Novo Código Penal, que busca tipificar como crime certas condutas do mundo virtual, e a Convenção de Budapeste de 2001. A resposta legislativa para esses crimes ocorre de maneira lenta, havendo a necessidade de criar legislação específica para regulamentar e punir esses delitos.

Palavras-chaves: Crime Cibernético. Legislação Brasileira. Internet.

¹ Laura Secfém Rodrigues, aluna do 2º ano do Curso de Direito / ² Prof. Me. Martinho Otto Gerlack Neto do Curso de Direito, orientador

OS DESAFIOS DE COMBATER VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS NA INTERNET

Ariele Gardinal Silva¹
Fernanda Moraes Dias²
Prof. Dr. José Roberto Anselmo³

Resumo: Este trabalho busca identificar os maiores desafios encontrados para preservar os direitos humanos no universo da internet e das redes sociais. A relevância dessa ferramenta na atualidade traz importantes debates e reflexões sobre dois direitos fundamentais individuais: a liberdade de expressão e os direitos da personalidade, principalmente, o direito à privacidade. O acompanhamento deste assunto permite analisar benefícios e malefícios dessa evolução tecnológica, juntamente com os limites existentes entre esses dois institutos, percebendo, por um lado, as enormes contribuições positivas trazidas, e, por outro, as violações que começaram a surgir. Pretende-se que as abordagens sobre a evolução dos direitos humanos e seu reflexo na internet contribuam para que as pessoas passem a dar mais importância a esse tema, prestando maior atenção à complexidade que envolve esses dois assuntos tão importantes e presentes no cotidiano. Nesse sentido, tratar-se-á da evolução histórica que envolve o tema, analisando seus aspectos, trazendo exemplos de conquistas e violações, juntamente com casos reais, buscando encontrar uma forma de preservar e valorizar mais os direitos individuais, uma conquista que não deve ser menosprezada.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Internet. Liberdade de Expressão. Direitos da Personalidade. Privacidade. Benefícios. Violações. Desafios.

¹ Ariele Gardinal Silva, Fernanda Moraes Dias alunas do 2º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. José Roberto Anselmo do Curso de Direito, orientador

OS DIREITOS DO NASCITURO

Bruna de Lima Scalabrini¹
Profª Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes²

Resumo: Pretende este trabalho, colocar em estudo o nascituro para que venha ser de conhecimento geral do que se trata tal tema que o direito versa, por não se tratar de um tema comentado em nossa sociedade, mas mesmo assim tendo muitas repercussões em nossos tribunais em casos concretos que implicam os direitos deste, como nos casos de herança e reconhecimento de paternidade, é importante que a sociedade atual tenha ao seu alcance conhecimentos sobre este, versando o seguinte trabalho na conceituação, bem como nas teorias e crimes que podem ser cometidos implicantes a esta área.

Palavras-chave: Nascituro. Direitos. Juridicamente.

¹ Bruna de Lima Scalabrini, aluna do 2º ano do Curso de Direito / ² Profª. Ma. Daniela Nunes Veríssimo Gimenes do Curso de Direito, orientadora

OS DIREITOS HUMANOS COMO LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL AO PODER DE TRIBUTAR

Júlia Padilha Simão¹
Maíra Hellen Rodrigues Peris²
Prof. Dr. Ageu Libonati Junior orientador³

Resumo: o presente trabalho acadêmico trata acerca dos direitos humanos como limitação constitucional ao poder de tributar. Busca definir o que são e quais são os direitos humanos, compreendidos também como direitos fundamentais e sua importância para o desenvolvimento harmônico da sociedade. Discorre sobre a necessidade de o ente estatal arrecadar tributos para que possa oferecer à sociedade serviços que impliquem em melhores condições de vida. Ademais, evidencia as garantias inerentes aos contribuintes, demonstrando o emprego destas na limitação à invasão patrimonial, de forma que a carga tributária não se torne confiscatória a ponto de o indivíduo ficar impedido de usufruir de seus direitos básicos. Desta forma, aborda os princípios constitucionais mais relevantes no âmbito tributário, a fim de preservar as garantias individuais e coletivas.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Limitação ao Poder de Tributar. Princípios Constitucionais Tributários. Não-Confisco.

¹ Júlia Padilha Simão, ² Maíra Hellen Rodrigues Peris, alunas do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Ageu Libonati Junior do Curso de Direito, orientador

OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA LIBERDADE DE IMPRENSA EM FACE DA PESSOA PÚBLICA

*Gabriel Magalhães Comegno¹
Prof. Dr. José Roberto Anselmo²*

Resumo: O presente trabalho busca analisar o conflito que envolve a liberdade de expressão por parte da imprensa e a intimidade, privacidade e a honra, previstos na Constituição Federal, uma vez que, com o avanço das grandes tecnologias, as informações passam a ser transportadas de forma cada vez mais rápida, percorrendo o mundo todo. No entanto, não existem apenas pontos positivos envolvidos, o que acaba provocando um grande impasse entre as normas a serem aplicadas, principalmente no que diz respeito às pessoas públicas. Destarte, trataremos das formas de solucionar este obstáculo, tendo por base a legislação brasileira e a proporcionalidade apresentado por Robert Alexy.

Palavras-chave: Princípios. Proporcionalidade. Intimidade. Privacidade Honra. Liberdade de expressão.

¹ Gabriel Magalhães Comegno, aluno do 2º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. José Roberto Anselmo do Curso de Direito, orientador

OS MUNICÍPIOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

*Flávio Barros Braga Juanes¹
Prof. Me. Roberto Mandeli Júnior²*

Resumo: Este trabalho procurou analisar a posição dos Municípios como componentes da federação brasileira. O tema ganhou maior relevância após a promulgação da Constituição Federal de 1988, debatendo-se sobre a posição municipal como parte entidade federativa. Ao longo do artigo, buscou-se analisar o referido debate na doutrina, demonstrar algumas competências legislativas e administrativas dos Municípios à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e discutir sobre a criação, incorporação, desmembramento e fusão destes.

Palavras-chave: Municípios. Competências. Federalismo. Entidade federativa.

¹ Flávio Barros Braga Juanes, aluno do 2º ano do Curso de Direito / ² Prof. Me. Roberto Mendes Mandelli Júnior do Curso de Direito, orientador

PEDOFILIA

*Beatriz Lima Barboza¹
Prof. Fernando do Amaral Junior²*

Resumo: O referido artigo tem como objetivo trazer informações sobre a pedofilia e sua exteriorização no mundo real. Essa pesquisa foi desenvolvida de acordo com os diversos comportamentos dos pedófilos, sendo baseadas na busca da satisfação sexual, incluindo o modo de atração, aproximação, as formas de obter vantagens sexuais, até ao ato da penetração (vaginal ou anal) visando o voyeurismo, a manipulação de órgãos sexuais, e o exibicionismo, e principalmente o objeto desse estudo a pedofilia caracterizado como pornografia infantil, tipificados no ordenamento como crimes virtuais.

Palavras - Chaves: Pedofilia- internet

¹ Beatriz Lima Barboza, aluna do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. Fernando do Amaral Junior do Curso de Direito, orientador

PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA ALIADA AO SUCESSO DE RESULTADOS NO MUNDO CORPORATIVO

*Luana Fogaça Abes Luiz¹
Prof^a. Ma. Camila Roberta Muniz Serra²*

Resumo: Este artigo apresenta o estudo sobre as origens da Programação Neurolinguística (PNL), pois é um assunto que surgiu na década de 70 e somente agora está sendo debatido e aplicado com mais frequência por meios de treinamentos pessoais e empresariais. A PNL com base nas pesquisas bibliográficas possui um conjunto de técnicas, âncoras, pressupostos e modelagem que faz com que se analise a forma de pensar, comportamentos e crenças verificando assim se todas essas concepções estão realmente fazendo o bem para si ou se é necessário reorganizar essas estruturas para um modo mais benéfico e saudável. Compreendemos que cada pessoa tem o poder de controlar o que acontece em seu cérebro, porém não conseguem indicar o caminho a seguir e acaba deixando outras pessoas indicar o caminho, e com a PNL é possível quebrar as resistências e com a comunicação redirecionar conversas e manifestar a própria opinião não só no âmbito pessoal quanto no ambiente empresarial em prol da busca da excelência nos resultados.

Palavras-chave: Programação Neurolinguística, técnicas, âncoras, pressupostos, mudança.

¹ Luana Fogaça Abes Luiz, aluna do 2º ano do Curso de GPME / ² Prof^a. Ma. Camila Roberta Muniz Serra do Curso de Administração, orientadora

POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS COMO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUSTENTÁVEL

*Julia Remoli de Souza Lopes¹
Luizio Felipe Gomes Rocha²
Prof. Dr. Ageu Libonati Junior³*

Resumo: Este trabalho procurou identificar com objetividade a relação das políticas tributárias para com o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável. O acompanhamento deste debate permite perceber, por um lado, como cada área tem sua importância na busca destes desenvolvimentos, e por outro, demonstrar que podemos equilibrar a economia, meio ambiente e respeito aos direitos humanos. Apontou-se o histórico da luta ambiental na busca do termo “desenvolvimento sustentável”. Depois busca-se demonstrar o meio ambiente enquanto um direito humano e como o direito tributário ajuda no desenvolvimento humano. Por fim, mostramos as teorias das principais organizações econômicas mundiais para as políticas tributárias influenciarem positivamente na defesa ambiental.

Palavras-chave: Direito Tributário. Direitos Humanos. Desenvolvimento Sustentável.

¹ Julia Remoli de Souza Lopes, ² Luizio Felipe Gomes Rocha, alunos do 4º ano do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Ageu Libonati Junior do Curso de Direito, orientador

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO SOBRE A TERCEIRA DIMENSÃO

Suzane Gabia Dinis¹

Prof^a Ma. Gerceley Paccola Minetto²

Resumo: Este artigo tem como objetivo avaliar os programas complementares realizados pelas gestões municipais do Programa Bolsa Família, em seis municípios de pequeno porte I, de abrangência da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) de Bauru, no período de fevereiro a outubro de dois mil e quinze. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, cujo instrumental foi o questionário, encaminhado via e-mail. Os resultados apontam que são gestoras, assistentes sociais e que ocupam cargo efetivo. Quanto à gestão, possuem uma equipe restrita, porém, satisfatória e conseguem desenvolver a terceira dimensão do Programa Bolsa Família. Conclui-se que quanto menor o município maior a vulnerabilidade social, que apesar das dificuldades semelhantes, os municípios desenvolvem programas complementares, contribuindo para que os beneficiários superem a situação de pobreza e vulnerabilidade social, no entanto, reconhecem a não efetividade do programa como um todo.

Palavras-Chave: Programa Bolsa Família. Gestão municipal. Programas complementares.

¹ *Suzane Gabi Dinis, aluna do Curso de Serviço Social / ² Prof^a Ma. Gerceley Paccola Minetto do Curso de Serviço Social, orientadora*

PROGRESSÃO CONTINUADA: IMPACTO NA EDUCAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Aline Mayara dos Santos¹

Prof^a Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins²

Resumo: Este trabalho procurou identificar algumas consequências da implantação do Sistema de Progressão Continuada na Educação, que consiste na proposta de dividir o Ensino Fundamental em ciclos, impossibilitando a alternativa de reprovação dos alunos ao final de cada ano letivo. Visa mostrar que essa nova forma de organização escolar contradiz com o direito da criança e do adolescente em receber uma educação de qualidade, direito este assegurado por Lei. Evidencia, também, a importância do ensino apropriado na formação individual e no desenvolvimento social do ser humano, apontando aspectos sociais, econômicos e culturais.

Palavras-chave: Progressão Continuada. Educação. Desenvolvimento Social.

¹ *Aline Mayara dos Santos, aluna do 2º ano do Curso de Serviço Social / ² Prof^a Ma. Audrey do Nascimento Sabbatini Martins do Curso de Serviço Social*

QUALIDADE DE VIDA NA ÓTICA DA TERCEIRA IDADE E O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO COM GRUPOS DE IDOSOS

Daiane Cordeiro de Mattos Souza

Prof^a Ma. Maria Dvanil D'Ávila Calobrizi

Resumo: Este estudo tem o objetivo de evidenciar a concepção de qualidade de vida para os idosos do Grupo Eternos Jovens, bem como o papel do Serviço Social neste contexto. Realizado no grupo de convivência e fortalecimento de vínculos para a terceira idade, Eternos Jovens, na cidade de Bauru, no período de fevereiro a outubro de 2015. Trata-se de uma pesquisa de nível exploratório e descritivo, cuja tipologia é a quali-quantitativa, utilizando na coleta de dados a observação, a entrevista e um formulário com perguntas abertas e fechadas. O universo é composto por 57 idosos, participantes do grupo Eternos Jovens, com amostragem probabilística do tipo aleatória simples com 17 sujeitos válidos, o que corresponde a 30% do universo. O presente estudo revela que a idade dos sujeitos está entre 60 e 70 anos, a maioria do gênero feminino, viúvas, com escolaridade até o ensino fundamental e renda mensal de 2 a 3 salários mínimos. Verificou-se que, na visão dos sujeitos, o fundamental para ter qualidade de vida na terceira idade é ter uma vida ativa, realizar exercícios físicos, estar no meio de pessoas, fazer o que se gosta, trocar a apatia pela alegria de viver.

Palavras-chave: Envelhecimento. Qualidade de Vida. Prática Profissional.

¹ *Daiane Cordeiro de Mattos Souza aluna do Curso de Serviço Social, Prof^a Ma. Maria Dvanil D'Ávila Calobrizi do Curso de Serviço Social, orientadora*

QUEM ADMINISTRARÁ MEUS PERFIS? UMA CRÍTICA À (AUSÊNCIA DE) LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE HERANÇA VIRTUAL

*Jéssica Cristina Soares Lopes¹
Vitoria Saggioro Sormani Garcia²
Prof. Me. Márcio Gavaldão³*

Resumo: O artigo versa sobre o destino de arquivos, contas e demais elementos virtuais e digitais após o falecimento de seu detentor, com o objetivo de levantar aspectos que envolvam a problemática e tecer críticas quanto à ausência de legislação brasileira, enfocando o posicionamento da doutrina e dos Tribunais no atendimento às necessidades perante os casos concretos, visto que o tema é recorrente e tende a incidir cada vez mais nas relações sociais, dado o avanço da *internet* no Brasil. O método de abordagem é a pesquisa bibliográfica, legislativa e jurisprudencial.

Palavras-chave: Patrimônio. Sucessão. Herança virtual.

¹ Jéssica Cristina Soares Lopes, ² Vitoria Saggioro Sormani Garcia Pós-graduandas em Direito Processual Civil pela Escola Superior de Advocacia do Estado de São Paulo / ³ Prof. Me. Márcio Gavaldão do Curso de Direito, orientador

RECONVENÇÃO: PERSPECTIVAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

*Julia Biancão Rodrigues¹
Prof. Dr. André Murilo Parente Nogueira²*

Resumo: O trabalho em questão procurou analisar o instituto da reconvenção em todos os seus aspectos processuais e analisando a mudança advinda do novo código de processo civil. A reconvenção é um meio de se fazer um contra-ataque do réu, o foco do debate nos permite analisar os prós e contras da evolução desse instrumento processual. O PLS nº 166/2010 visava propiciar mais celeridade e acesso à justiça, porém com as alterações da Câmara dos Deputados o projeto passou a código com breves mudanças. No entanto, cabe a nós aplicadores do direito dar o real rumo a todos os obstáculos impostos.

Palavras-chave: Reconvenção. Código de Processo Civil. Conflitos. Soluções.

¹ Julia Biancão Rodrigues aluna do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. André Murilo Parente Nogueira do Curso de Direito, orientador

REDUÇÃO DE CUSTOS APLICADOS À AVIAÇÃO AGRÍCOLA

*Leonardo Augusto Lanza Ramos¹
Luiz Paulo Davi Pascon²
Prof. Rogério Ribeiro Cardozo³*

Resumo: A aviação agrícola teve início em 1911 e apenas em 1923 nos Estados Unidos a primeira empresa de aviação agrícola foi criada. Desde os primórdios da aviação agrícola, os operadores e produtores estão sempre buscando inovações e novas tecnologias para aumentar a precisão e economia na atividade, já que o setor está constantemente em crescimento e trazendo benefícios para os produtores, analisando desde as características de uma aeronave agrícola e as atividades que a mesma consegue operar, focando na sua principal atividade que seria a aplicação de agrotóxicos. O objetivo do trabalho é promover a redução de gastos a partir de análises econômicas e técnicas obtendo a diminuição nos custos partindo da operação do motor, onde o mesmo funcionará a partir da molécula de hidrogênio (H), e com isso, reduzirá o custo total da operação. Desta maneira a aeronave equipada com esse motor modificado poderá apresentar reduções no valor gasto com o combustível e o peso total da aeronave, podendo então dar a possibilidade de maior espaço para agrotóxicos e equipamentos de auxílio para o piloto agrícola, aumentando o seu rendimento operacional.

Palavras-chave: Inovações, Economia, Aeronave agrícola, Motor, Combustível.

¹ Leonardo Augusto Lanza Ramos, ² Luiz Paulo Davi Pascon / ³ Prof. Rogério Ribeiro Cardozo do Curso de Ciências Aeronáuticas, orientador

REFLEXÕES ACERCA DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TEORIA DO TERCEIRO CÚMPLICE NO DIREITO DE FAMÍLIA

*Douglas Buzolin Franciscon¹
Luana Palamin Sgavioli²
Prof. Dr. Claudio José Amaral Bahia³*

Resumo: O presente artigo pretende demonstrar a possibilidade de aplicação da teoria do terceiro cúmplice no âmbito familiar. Referida teoria consiste num dos desdobramentos do princípio da boa-fé objetiva, o qual possui grande relevância no Direito das Obrigações. Outros desdobramentos, como a proibição do comportamento contraditório, também ganham espaço neste estudo. E é por meio deles que se busca explicar a relação entre o Direito Obrigacional e o Direito de Família, tendo em vista que, se no âmbito das obrigações uma das partes contratantes tem o dever de agir em conformidade com as expectativas deduzidas pela outra parte, este raciocínio também deve ser aplicado no ambiente familiar, onde há união, afeto e confiança entre as pessoas. Da mesma forma que, se no campo obrigacional, a teoria visa garantir que terceiros não interfiram de maneira ilícita, prejudicando a execução do negócio jurídico, sem que sejam responsabilizados, é possível atribuir responsabilidade à terceira pessoa que contribuir para o término de uma família.

Palavras-chave: Terceiro Cúmplice. Direito obrigacional. Direito de Família.

¹ Douglas Buzolin Franciscon, ² Luana Palamin Sgavioli alunos do 3º ano do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Claudio José Amaral Bahia do Curso de Direito, orientador

REFORMA POLÍTICA: A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE DA SOBERANIA POPULAR

*Luiz Gustavo de Oliveira¹
Prof. Dr. José Roberto Anselmo²*

Resumo: A crise política contemporânea tem demonstrado atenuado desvios de conduta dos representantes eleitos pelo Soberano Popular, demasiada atuação diverge da proposta constitucional que preceitua o interesse social em benefício do coletivo. A livre escolha dos candidatos delega ao cidadão a responsabilidade de eleger representantes que melhor expressem a vontade do interesse público. Pautado no princípio pétreo da liberdade do voto, o referido ensaio perfaz a manifestação popular expressa através supremacia emanada pelo povo. Reflexo da notória instabilidade do vigente modelo eleitoral, suscita discussões entre as comissões do congresso nacional, o protótipo de delimitação dos escolhidos a disputa dos cargos eletivos, restringindo assim o poder independente de seleção do supremo detentor do poder, o povo.

Palavras-chave: Voto, Sufrágio, Lista aberta, Lista Fechada, Voto Distrital

¹ Luiz Gustavo de Oliveira, aluno do 1º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. José Roberto Anselmo do Curso de Direito, orientador

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Bruno Vanni Vieira¹
Micael Botteon Vieira²
Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho³

Resumo: O objetivo do presente trabalho é discutir o impacto da repercussão geral, sobretudo na atuação do Poder Judiciário. Para tanto, discutimos no presente estudo a repercussão geral como requisito Recurso Extraordinário, visto que se trata de recurso previsto pelo legislador que está intimamente ligado às questões constitucionais. Ademais, referido se faz importante, expor como foi previsto pela lei processual, haja vista a entrada em vigor do recente Código de Processo Civil de 2015.

Palavras-chave: Repercussão Geral; Recurso Extraordinário; Constituição Federal; Código de Processo Civil de 2015.

¹ Bruno Vanni ² Vieira, Micael Botteon Vieira alunos do 3º ano do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho do Curso de Direito, orientador

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NOS MEIOS DE ENTRETENIMENTO

Laura Maria Gonçalves Ageouri¹
Thomás de Souza Rossetti²
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro³

Resumo: Este trabalho procurou estabelecer um paralelo entre a realidade social e a ficção para tornar a compreensão de conceitos políticos e sociológicos mais dinâmicos e menos complexos. Na sociedade contemporânea a política não é vista do jeito que deveria, poucos são aqueles que se importam com ela e com os elementos que formam um Estado. Ademais, o povo não demonstra grande interesse nas relações de poder e no exercício desse na sociedade, pois ele está direcionado, em grande parte, a séries, filmes e outros meios de entretenimento, que envolvem um mundo ou uma realidade fictícia. O desenvolvimento desse artigo científico, portanto, visou utilizar esses meios de entretenimento, dentre eles a série *Game of Thrones*, os filmes de *Star Wars* e *Mad Max*, entre outros, para abordar os elementos que formam um estado e as relações de poder que são exercidas em determinado território, resultando o aumento de interesse do povo no tocante a esses assuntos.

Palavras-chave: Elementos do Estado. Relações de Poder. Meios de Entretenimento. Sociedade. Manipulação. *Game of Thrones*. *Star Wars*. *Mad Max*. *Warcraft*.

¹ Laura Maria Gonçalves Ageouri, ² Thomás de Souza Rossetti, alunos do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito, orientador

REQUISITOS COMPORTAMENTAIS EM PROCESSOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO: UMA ANÁLISE DOS ANÚNCIOS CLASSIFICADOS NA CIDADE DE BAURU.

Kayná Adriane Lemes¹
Prof. Me. José Munhoz Fernandes²

Resumo: Este trabalho procurou identificar as principais características comportamentais exigidas em processos de recrutamento e seleção, veiculados nos anúncios classificados em jornal no município de Bauru, no período de oito semanas. De abordagem qualitativa e classificada como pesquisa exploratória e documental, os resultados apontaram dentre os requisitos técnicos citados nos anúncios, que as empresas contratantes buscaram, preferencialmente, candidatos dinâmicos, comunicativos, organizados e proativos. Com isso, é possível inferir que as empresas anunciantes e objeto da presente pesquisa, procuraram no mercado de recursos humanos profissionais que tenham habilidades comportamentais relacionadas a atitude intraempreendedora.

Palavras-chave: Administração de Recursos Humanos. Recrutamento. Seleção. Habilidades Comportamentais.

¹ Kayná Adriane Lemes, aluna 3º ano do Curso de Administração / ² Prof. Me. José Munhoz Fernandes orientador

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO E A PERDA DE UMA CHANCE

*Caio Vinicius Trigolo; Letícia Bezerra Miguel¹
Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho²*

Resumo: Em linhas gerais, buscamos abordar os aspectos da responsabilidade civil, com ênfase nas formas de responsabilização do advogado frente aos danos que causarem a seus clientes. Não obstante, concluímos que o advogado exerce obrigação de meio quando relacionado à procedência da demanda, bem como a não aplicação do Código de Defesa do Consumidor nas relações entre cliente e advogado, tendo em vista a impossibilidade de considerar a advocacia como mera prática comercial. E, finalmente, a possibilidade de responsabilizar o advogado pela chance perdida do cliente, em razão do ato lesivo praticado pelo profissional.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Advogado. Perda de uma chance.

¹ Caio Vinicius Trigolo; Letícia Bezerra Miguel alunos do 3º ano do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Fábio Alexandre Coelho do Curso de Direito, orientador

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: UM PANORAMA DOUTRINÁRIO POR SUAS DIFERENTES NOMENCLATURAS

*Karime Attuy Patrício Tonus¹
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro²*

Resumo: A função administrativa, com seus deveres e obrigações prescritos na Carta Constitucional de 1988, representa a atividade prática do Estado pelo meio de seus órgãos, agentes e serviços, designados a realizar a gestão das várias áreas que, ligadas, compõem uma sociedade, como, saúde, educação, cultura, transporte, etc. O objetivo deste trabalho de iniciação científica é realizar um panorama doutrinário pelas diferentes nomenclaturas utilizadas para o tema, através das principais obras administrativistas da doutrina pátria e, através das diferentes perspectivas de seus autores, evidenciar as generalidades acerca da responsabilidade civil do Estado. Exploraremos o conceito, desenvolvimento histórico, e as características da responsabilidade civil por atos do Estado, os fundamentos e pressupostos de sua composição. Examinaremos a envergadura da ação ou omissão da Administração Pública para produzir atos ilícitos, relacionando-a com os casos em que o ente público deve assumir a responsabilidade. Observaremos as hipóteses excludentes, e os indivíduos passíveis de serem responsabilizados, além do Estado. A produção deste trabalho, envolve a pesquisa bibliográfica em livros de Direito voltados às subáreas do Direito Administrativo, Direito Civil e Direito Constitucional, além de legislação especial. Por esta metodologia se pretende estudar como cada autor desenvolveu e estabeleceu a preferência pela terminologia utilizada em sua obra. Também serviram de base artigos jurídicos e pesquisa de julgados, no Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, dos recentes posicionamentos jurisprudenciais adotados para o tema, em relação à doutrina. Assim, ainda que sem exaurimento do tema, pretende-se extrair deste trabalho o quanto se pode observar, nos dias atuais, a evolução do estudo da responsabilidade civil pelos atos do Estado, e como tal instituto pode ser invocado aos casos concretos onde se exige firme expressão do Direito quando acontecem danos aos administrados.

Palavras-chave: Direito Administrativo. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade extracontratual do Estado. Responsabilidade por omissão

¹ Karime Attuy Patrício Tonus, aluna do 4º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito, orientador

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS SOBRE OS FILHOS MENORES EMANCIPADOS

*Michel Louis Aippe Filho¹
Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira²*

Resumo: O hodierno trabalho a ser apresentado aborda os assuntos basilares sobre a Responsabilidade Civil dos pais sobre os filhos menores emancipados, demonstrando sua aplicabilidade no caso concreto, analisando diferenças entre o Código Civil de 1916 e o atual Código Civil de 2002. Para uma melhor compreensão do tema é necessária uma profunda e complexa pesquisa a respeito da jurisprudência, doutrinadores e julgadores.

Palavras-chave: Responsabilidade. Civil. Emancipação. Pais. Filhos.

¹ Michel Louis Aippe Filho, aluno do Curso de Direito / ² Prof. Dr. José Cláudio Domingues Moreira do Curso de Direito, orientador

SIMBOLOGIA E CORES NA CRIAÇÃO DE MARCAS COMPETITIVAS

*Alan Viana de Moraes¹
Prof. Daniel Vialôgo²*

Resumo: O propósito deste trabalho é de compor elementos que podem influenciar o poder de escolha do consumidor, através da implementação concisa e consciente de cores e simbologia nas logomarcas, além de seus anúncios e propagandas. Os símbolos foram adotados como um poderoso canal de comunicação desde o primeiro momento em que o ser humano sentiu a necessidade de se expressar. Enquanto que as cores é um canal de comunicação mais instintivo, que sempre se fez presente, sendo uma das comunicações mais naturais e antigas que se existe, utilizada não apenas por humanos, mas também por outros diversos seres que possuem a capacidade de enxergá-las. A interpretação das cores nos primórdios da história humana era de uma maneira mais similar aos demais animais, sendo utilizada para identificar presas, alimentos e ameaças presentes em seus habitats. Posteriormente, com o decorrer dos tempos, significados e sentidos mais abrangentes para uma única cor foram adotados.

Palavras-chave: Cores. Simbologia. Logomarca. Influência. Comportamento. Consumidor

¹ Alan Viana de Moraes, aluno do Curso de GPME / ² Prof. Daniel Vialogo do Curso de Administração, orientador

SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO E O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2015

*Diego Garcia Dorta Peraçoli¹
Gabriel Abuázar Giampaulo²
Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro³*

Resumo: Em decorrência do momento político em que o Brasil enfrenta, surge a necessidade de compreender como os representantes políticos da nação são eleitos, juntamente com o instrumento que o país utiliza para tanto, o voto. Entender sua importância é vital para a eleição dos candidatos, tendo em vista uma melhor convivência em sociedade, pois o povo é o responsável pela escolha dos seletos que irão tomar as principais decisões políticas durante o prazo de seus respectivos mandatos, trazendo consequências, sejam elas positivas ou negativas, para o cotidiano. Em vista disto, este artigo aborda quem são as pessoas aptas para exercer o direito de sufrágio e os detentores da capacidade eleitoral passiva, em suma, serem votados. Não obstante, um tema muito importante que surge na sociedade é a atual reforma política, que vem de encontro com muitos dos pontos abordados neste presente artigo. Por tanto, o artigo, também, aborda a PLS nº 25, de 2015, que promete inibir os efeitos da corrupção, evitar um sistema que privilegie certo grupo de pessoas e ideias em detrimento do restante da população, dentre outros fatores.

Palavras-Chave: Sistema Eleitoral; Sistema Majoritário; Sistema Proporcional; Voto Distrital; PLS nº 25, de 2015.

¹ Diego Garcia Dorta Peracoli, aluno do 3º ano do Curso de Direito / ² Gabriel Abuázar Giampaulo, aluno do 2º ano do Curso de Direito / ³ Prof. Dr. Luiz Nunes Pegoraro do Curso de Direito, orientador

TEMPOS DE MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E RELAÇÕES HUMANAS: RUPTURAS E BARBÁRIE CONFIGURANDO A VIDA E AS RELAÇÕES LÍQUIDAS

Thiago Rodrigo da Silva¹

Resumo: A partir de uma perspectiva crítico-dialética, este faz um trajeto sobre os fenômenos globais que vem violando os direitos humanos, provocando reflexões acerca dos rebatimentos destes fenômenos nas relações humanas e sociais. Reportamo-nos ao pensador polonês Zygmunt Bauman (1925 – 2017) para nos auxiliar na construção do pensamento e do conhecimento sobre os tempos líquidos e os impactos nos relacionamentos entre as pessoas na atual sociedade global em tempo real ou conectados via redes sociais.

Palavras-chave: Mundialização do Capital; Relações Humanas; (Des)ordem Mundial; Tempos Líquidos.

¹ *Thiago Rodrigo da Silva, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP*

TEORIA DOS CONTRATOS EM O MERCADOR DE VENEZA, DE SHAKESPEARE

Diego Garcia Dorta Peraçoli¹

Prof. Dra. Ruth Maria Junqueira de Andrade Pereira e Silva²

Resumo: A comédia em questão, intitulada *O Mercador de Veneza*, traz diversos assuntos dos quais podem ser debatidos na seara do Direito. Em meio à narrativa, há pegadas da influência das normas jurídicas da época na comédia de Shakespeare. Tais podem ser exemplificados como a Carta Promissória, atualmente chamada de Nota; o Julgamento de Antônio; e, até mesmo, a questão do testamento. O artigo tem como tema proposto de debater as searas voltadas para o Direito Empresarial direta e indiretamente, aquele podendo ser exemplificado como a Carta Promissória, e este o Julgamento de Antônio, o qual apenas ocorre em decorrência do não cumprimento do primeiro acordo celebrado.

Palavras-Chave: O Mercador de Veneza, Contrato, Nota Promissória, Carta Promissória, Aval, Fiador, Cláusula Penal, Má-Fé.

¹ *Diego Garcia Dorta Peracoli, aluno do 3º ano do Curso de Direito / ² Prof. Dra. Ruth Maria Junqueira de Andrade Pereira e Silva do Curso de Direito, orientador*

TEORIAS FEMINISTAS DO DIREITO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Beatriz Reia Cardia Gielfi¹

Prof. Me. José Luiz Antiga Júnior²

Resumo: A pesquisa visa analisar as Teorias Feministas do direito, com enfoque na desigualdade das relações de gênero, além de apontar situações extremas (porém nada incomuns) em que as mulheres são submetidas à violência. É o universo jurídico analisando os problemas de gênero e a, por vezes, consequente violência por eles gerada. Deixa-se ainda, nesse ponto, bem claro que, ao referir-se as teorias feministas do direito, faz-se menção a uma produção do conhecimento feminista do ponto de vista jurídico e não a uma extensa teoria feminista explicativa no âmbito do direito. A pesquisa é voltada, então, a um pensamento crítico em relação aos problemas de desigualdade de gênero, levando em consideração o pensamento jurídico ocidental na modernidade no que diz respeito a essas questões.

Palavras-chave: Teorias feministas do Direito. Desigualdade de gênero. Violência. Feminismo.

¹ *Beatriz Reia Cardia Gielfi, aluna do 1º ano do Curso de Direito / ² Prof. Me. José Luiz Antiga Júnior do Curso de Direito, orientador*

TRIBUTOS E A MANUTENÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

*Mayara Alcantara; Caroline Garcia Cafeo¹
Prof. Dr. Ageu Libonati Junior²*

Resumo: Os direitos e as garantias fundamentais, tratam-se da estrutura da coletividade e seu bem-estar. Tais direitos advêm dos direitos humanos e são classificados com base na história de acordo com o momento de seu surgimento, são eles direitos de primeira geração, que englobam as liberdades individuais, imprescindíveis a existência do homem como ser humano; direitos de segunda geração, que se relacionam à igualdade de condições entre as pessoas; e por fim, os direitos de terceira geração, que se ligam à vida do homem em meio à coletividade correlacionada ao meio ambiente. Então, para que esses direitos fundamentais possam ser assegurados à coletividade e aos cidadãos, o Estado necessita da arrecadação de recursos, e tal aferição ocorre através da tributação. Portanto, deve-se entender que direitos são custosos, e para que haja a manutenção deles é mister a existência dos tributos que devem, entretanto, serem destinados de maneira adequada agindo na manutenção dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Arrecadação. Direitos Humanos. Estado. Tributação. Manutenção.

¹ *Mayara Alcantara, aluna do 4º ano do Curso de Direito; Caroline Garcia Cafeo, aluna do 4º ano do Curso de Direito /*
² *Prof. Dr. Ageu Libonati Junior do Curso de Direito, orientador*

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS EM BAURU

*Glaucia Regina Modesto Fournier¹
Rozangela Cristina de Souza²
Prof. Me. Paulo Sérgio Rosalin Moreno³*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal conhecer sobre a produção, a distribuição e a comercialização de hortaliças na cidade de Bauru. Poucas bibliografias e dados concretos foram encontrados para dar suporte ao mesmo, por isso, a pesquisa assume caráter qualitativo e exploratório. Segundo Godoy (1995, p.58) dentre as principais características de uma pesquisa qualitativa existe o fato de ela ter caráter descritivo onde o pesquisador é o instrumento-chave e o ambiente a fonte direta dos dados. Por se tratar de entrevistas com pessoas que tiveram (e têm) experiências práticas com o tema da pesquisa, ela é de natureza exploratória, pois, segundo GIL (1991, p.46), tem a finalidade de se obter maiores informações sobre o assunto, a fim de que seja possível formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam, posteriormente, ser pesquisadas. Desta forma, o estudo mostra o resultado das pesquisas realizadas junto a feirantes, produtores, revendedores e Prefeitura Municipal de Bauru (Sagra), sempre observando as informações mais relevantes relacionadas à produção, distribuição e comercialização de hortaliças na cidade de Bauru. Posteriormente, novos estudos poderão ser realizados no que tange ao desenvolvimento do Programa Agricultura Urbana e Familiar e como este programa poderá contribuir para a redução do desperdício e de preços, temas demonstrados neste trabalho. Por fim, este trabalho destaca a necessidade de se incentivar os mais jovens para o setor agrícola.

Palavras-chave: Hortaliças, Preços, Desperdícios, Incentivos e Sustentabilidade.

¹ *Glaucia Regina Modesto Fournier, ² Rozangela Cristina de Souza, alunas do 2º ano do Curso de Administração / ³*
Prof. Me. Paulo Sérgio Rosalin Moreno Coordenador do Curso de Administração, orientador

UMA PESQUISA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE CONCEITOS POLÍTICOS-JURÍDICOS MÍNIMOS NO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO: DESINTERESSE OU FALTA DE OPORTUNIDADE?

*Anderson Borin Zangareli; Pedro Marise¹
Profª Ma. Tatiana Stroppa³*

Resumo: A República Federativa do Brasil adota o regime democrático, permitindo a participação política a partir dos dezesseis anos de idade. Dessa forma, torna-se imprescindível o ensino de temas atinentes à participação dos cidadãos no processo eleitoral para que eles possam agir de maneira consciente no sistema democrático. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar as pesquisas em escolas públicas, particulares e técnicas do município de Lençóis Paulista-SP, com o escopo de verificar o grau de conhecimento que os estudantes de ensino médio possuem sobre o complexo sistema político brasileiro.

Palavras-chave: Ensino básico; democracia; participação política.

¹ Anderson Bazin Zangareli; Pedro Marise alunos do 3º ano do Curso de Direito / ³ Profª Ma. Tatiana Stroppa do Curso de Direito, orientadora

VENCENDO O MEDO E TECENDO NOVOS SONHOS: A GUARDA DOS FILHOS APÓS A SEPARAÇÃO DOS PAIS

*Larissa Soares do Prado¹
Profª. Ma. Maria Dvanil D' Avila Calobrizi²*

Resumo: O presente estudo tem como objetivo verificar como adolescentes vivenciam a separação dos pais, em especial, quando ocorre a guarda judicial, realizado junto ao Escritório jurídico ITE/FUNDATO, no período de fevereiro a novembro de 2015. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com levantamento bibliográfico, documental e de campo, cuja abordagem é a qualitativa, tendo como instrumental de coleta de dados, a entrevista. O universo refere-se a noventa e nove adolescentes de 12 a 17 anos e 11 meses, cuja amostragem intencional, representa aproximadamente 10 % do universo, perfazendo dez sujeitos válidos. Os resultados apontam que a separação causa uma perda de convívio diário entre pai e filho, porém, não é um fato trágico na adolescência. Portanto, conclui-se que não há recordações da convivência com pai e mãe no mesmo ambiente familiar, logo os impactos são positivos quanto à compreensão do assunto, não havendo pesar pelo término da união dos pais, uma vez que não tem lembranças dessa fase.

Palavras-chave: Adolescente. Separação/Divórcio. Família.

¹ Larissa Soares do Prado Assistente Social, ² Profª Ma. Maria Dvanil D' Avila Calobrizi do Curso de Serviço Social, orientadora

ZOOTOPIA E O DIREITO PENAL DO INIMIGO: O MEDO SEMPRE FUNCIONA?

*Andressa Beatriz de Faria; Jéssica de Brito Carvalho¹
Prof^a Ma. Ellen Carina Matias Sartori²*

Resumo: A pesquisa se propõe a analisar a situação fictícia narrada na animação “Zootopia – Essa cidade é o bicho” em cotejo com o Direito Penal do Inimigo, procurando estabelecer uma relação com situações fáticas e jurídicas vivenciadas na realidade. O problema que a pesquisa pretende estudar é se seria possível admitir que um indivíduo seja predisposto à vida criminosa e se, uma vez violada a lei penal, seria este indivíduo incapaz de ser reabilitado para viver em sociedade, de modo que não mais lhe pertencessem os direitos de um cidadão. Trata-se de uma pesquisa teórica e bibliográfica, que utiliza o método de abordagem dedutivo, e tem como escopo ponderar se certas pessoas, por serem inimigas da sociedade (ou do Estado), poderiam não deter todas as proteções penais e processuais penais que são dadas aos demais indivíduos, e se tal fato justificaria a suspensão de certas leis pela necessidade de proteger a sociedade ou o Estado contra determinados perigos. Por fim, através da interação entre o cinema e o Direito, a pesquisa visa demonstrar que o Direito Penal do Inimigo ofende a Constituição Federal de 1988, embora seja possível identificá-lo na legislação pátria.

Palavras-chave: Zootopia. Cinema. Direito Penal do Inimigo. Constituição Federal de 1988.

¹Andressa Beatriz de Faria; Jéssica de B. Carvalho alunas do 3º ano do Curso de Direito / ²Prof^a Ma. Ellen C. M. Sartori do Curso de Direito, orientadora